



RTP propõe debate a secretários-gerais

OS SECRETÁRIOS-GERAIS dos três partidos da coligação receberam já convite da RTP para tomarem parte num debate, a realizar em data a fixar por acordo entre os participantes (por conveniências técnicas da televisão, o dia ideal será um sábado ou um domingo a seguir ao Telejornal, cerca das 20.15, de acordo com o novo horário).

O programa, segundo a sugestão da RTP será gravado em directo e durará 100 minutos. Nos primeiros 50, seis jornalistas apresentarão uma pergunta a cada secretário-geral. Na segunda parte, Sá Carneiro, Mário Soares e Álvaro Cunhal discutirão entre si a actualidade política nacional.

Este debate poderá não alectar a realização do programa televisivo previsto para a conclusão da cimeira MFA-partidos (ver notícia nesta mesma página).

Prazos limite para operações de recenseamento

A 11 DE FEVEREIRO termina o prazo de exposição das cópias dos cadernos definitivos de recenseamento eleitoral e para reclamações de qualquer eleitor perante a comissão de recenseamento ou os partidos políticos em todo o território nacional. A decisão de resposta às reclamações será feita dentro de 5 dias, «sem prejuízo da data limite de 12 de Fevereiro», indica um comunicado do Ministério da Administração Interna. Finalmente, o eleitor poderá recorrer das decisões da comissão para o juiz da comarca respectiva até 13 de Fevereiro.

Geisel assina contrato da Lisnave para o Brasil

CONCRETIZOU-SE antontem à noite a adjudicação à Lisnave pelo governo brasileiro da execução das obras dos estaleiros de construção e reparação naval de Vitória e da Guanabara, naquela país, tendo o respectivo contrato sido assinado pelo presidente Geisel, conforme o EXPRESSO havia referido em edição recente, estar em vias de ser assinado.

A adjudicação foi feita àquela empresa portuguesa em conjunto com a Petrobrás (petrolífera), com a Vale do Rio Doce (minas e transportes) e a Loida Brasileira (transportes), tendo sido eliminadas no concurso diversas empresas internacionais, a saber: I.H.I. (japonesa), «Blohm+Vooss» (alemã), «Götschewerke» (suécia) e «Verolme» (holandesa).

Os estaleiros a construir pertencem à Renave — Empresa Brasileira de Reparações Navais, ficando o de Vitória, a 300 quilómetros ao norte de Rio de Janeiro, preparado para a recepção de navios até 400 mil toneladas. O estaleiro de Guanabara tem uma dimensão relativamente mais reduzida.

Professores contestam direcção sindical

NA SEQUENCIA de outras posições, contestando a orientação seguida pelos actuais dirigentes do Sindicato dos Professores — que poderão vir a traduzir-se, a breve trecho, numa oposição organizada a essa orientação — uma assembleia sindical dos professores do Liceu D. Pedro V aprovou por maioria uma moção em que se acuta imediatamente a contagem directiva provisória (CDP) daquele Sindicato de estabelecer negociações secretas com o M.E.C. «sua conta dos professores». Estava em causa uma proposta sobre questões salariais.

«Da análise global de toda a actuação da CDP — escreve-se na moção em causa — resulta a tentativa de resolução dos problemas do ensino por uma via reformista, preconizando uma política do «positivo» (...) na qual os verdadeiros interesses dos trabalhadores são subordinados aos do patronato, neste caso o MEC».

S. Zenha: depois há o problema das nossas bases...

Continuação pág. 1

procura da sua identidade. E natural, é novo, não tem 100 anos como nós...

Depois há o problema das nossas bases que são muito atípicas ao PPD. Acusam-nos de ter assumido na província algumas estruturas da ANP. Assim, as nossas relações a nível de dirigentes são uma coisa, a nível de bases e outra...

Por outro lado, qualquer contacto público ou oficial que nós façamos com o PPD, no governo é interpretado pelo PC como tendo nós a querer marginalizá-los. É o que se passou com o caso Palma Carlos não ajuda nada...

Isto, a nível, digamos, de relações humanas. Em termos políticos, nós não somos social-democratas porque entendemos que a social-democracia não faz sentido em Portugal. Poderá fazê-lo na Alemanha onde o rendimento per capita é cerca de dez vezes superior ao nosso. Já, com as nossas condições, éis não pode deixar de ser uma força conservadora.

EXP — Assim, essa distanciacão muito atípica em relação ao PPD é uma conclusão feita às bases. Mas falando em termos de alianças possíveis (eleitorais ou post-eleitorais)?

S.Z. — Não é só uma conclusão feita às bases. É mais do que isso. Mas vamos adiante. Entendo que para as próximas eleições cada partido se deve apresentar por si. Quanto ao futuro, não posso dizer-lhe nada.

Uma coisa é certa, nós não temos nenhuma dificuldade em expor publicamente as nossas divergências.

O que para mim é claro é que a aliança se deve manter até às eleições. É mesmo para além delas. Os problemas das relações entre partidos, isso depois se verá.

Talvez interessa acrescentar que para as nossas bases, o PC, apesar de tudo, é um partido socialista. E o PPD, não o consideram como tal.

EXP. — Falando de divergências, onde está, na sua opinião, o essencial da divergência com o Manuel Serra?

S.Z. — O Serra queria o socialismo já, preocupava-se pouco com a via democrática. E esse o seu grande ponto de acordo com o PC que, embora não o afirme publicamente, tende também para "esquecer" a via democrática. Esse é para nós um ponto fundamental. Ver o PC realinhar publicamente a sua posição a este respeito.

EXP — Quando, no comício, ao seu discurso atacou o PC estava na sua mente uma possível questão de coligação ou, ao contrário, forçar o PC a uma profissão de fé democrática?

S.Z. — Eu não tinha nenhuma ideia definida. O que eu sentia, mais do que sabia, é que a atitude aventureirista do PC nos poderia conduzir tarde ou mais cedo a uma guerra civil, a longo prazo, poderíamos chegar a uma reversão da unificação do movimento militar com o movimento popular que tem um nome: bonapartismo. Bonapartismo de esquerda ou de direita. Nas condições geoestratégicas de Portugal, um bonapartismo de esquerda facilmente se transforma num bonapartismo de direita.

A nossa ideia imediata, ao comício, foi apenas mostrar claramente que a atitude do PC

podia conduzir a uma situação perigosíssima.

EXP — Há que ver que a tal via democrática e pacífica é também armada. A nossa originalidade será termos uma via democrática, pacífica e armada...

S.Z. — Nós temos umas forças armadas progressistas que, portanto, garantem que as escolhas populares são respeitadas. Como nós fazemos a aposta que o povo não é reaccionário, acreditamos que ele escolherá democraticamente as soluções progressistas. A nossa divergência fundamental com o PC é que ele parte do princípio que o povo é reaccionário e nós, confiamos no povo. Nós achamos inaceitavelmente que a direita deve ter voz. Mas estou convencido que recolherá muito poucos votos, incluindo o C.D.S.

EXP. — Acha que se sente uma diferença relativamente à influência dos partidos na tomada de decisões a nível central? É diferente o seu peso agora e no período a seguir ao 25 de Abril?

S.Z. — Sim, há uma crise de confiança generalizada. A única maneira de sair disto é definir a via política muito claramente e segui-la, não só por palavras mas por actos. E também indispensáveis que se respeitem os compromissos tomados ao nível do governo.

EXP. — Não têm sido respeitados?

S.Z. — Bem, há uma crise. Mas eu entendo que o socialismo é em primeiro lugar uma esperança e a liberdade um acto de confiança. Eu confio na liberdade e tenho fé no socialismo.

Helena Vaz da Silva

Angola: Governo de Transição com o problema Chipenda

LUANDA — (do nosso correspondente Nunes Pereira) — Tomou ontem posse, nesta cidade, o governo de transição de Angola, quase 500 anos depois de Diogo Cão — haver fundado as suas caravelas na foz do Zaire. Há menos de século e meio, o país limitava-se a duas pequenas áreas de penetração portuguesa nas regiões dos antigos reinos de Luanda e Benguela.

Hoje Angola conta um território de 1 200 000 quilómetros quadrados, com uma população de cerca de 5 600 000 mil habitantes (a volta de meio milhão de brancos e mestiços) na maioria agrícola. Mais de 80 por cento dos angolanos vivem de e para a terra. Ocupam escassos 10 por cento do território (cidades do litoral e regiões sub-pluviais).

O país, no entanto, é potencialmente muito rico.

O nome de Angola vem-lhe de Ngola Kiluanji, famoso guerreiro da Beira-Cuanza, cuja lenda se espalhou de Cabinda ao Cuzene e pode considerar-se, justamente, como o primeiro grande nacionalista. Apenas, contudo, nos fins da década de 50 e princípio da 60 nasceram os movimentos de libertação que haveriam de travar dura e sangrenta guerra pela independência.

A queda do regime colonial-fascista, em 25 de Abril, deu início ao processo de descolonização portuguesa, — agora intensamente descontrolado em Angola.

“A” coalizância de Mombaça produziu o projecto de discussão da Penina.

A cimeira do Alvor, por fim, estabeleceu fórmulas e datas: 31 de Janeiro para a posse do Governo de

Transição e 11 de Novembro de 1975 para a independência.

Estiveram presentes na cerimónia de ontem (nome do governo de transição, representantes de diversos países do mundo, com especial relevo das nações africanas, incluindo o vice-secretário geral da ONU, Tang Ming Chao.

Constituição do Governo

Conforme os acordos da Penina, a presidência do colégio ministerial é rotativa, segundo a ordem alfabética dos respectivos Movimentos. Em cada ministério chefiado por qualquer dos movimentos, existem duas secretarias de estado preenchidas pelos outros dois. De salientar a juventude dos elementos que integram o Governo Provisório, todos à roda dos 30 anos, e o facto de estes não participarem as principais figuras dos movimentos.

O Governo ficou assim constituído: Pelo M.P.L.A. (Movimento Popular para a Libertação de Angola) foram empossados:

Colégio Presidencial — Lopo do Nascimento; ministros — Informação, Dr. Manuel Rui Monteiro; Planeamento e Finanças, dr. Sabyd Mingas; Justiça, dr. Diógenes Moreira; secretários de Estado — Indústria e Energia, engenheiro Augusto Lopes Teixeira; Trabalho, Coronel Calvo; Interior, Geólgio Henrique Santos; e Comando Militar — comandante Jacob Caetano.

Pela F.N.L.A.: Colégio Presidencial — Johnny Eduardo; ministros — Interior, Ngola Kabemba; Saúde e Assuntos Sociais, Samuel Abrigada; Agricultura, Mateus Neto; secretários de Estado — Comércio, Graça Tavares; Informação, Hendrick Vazal Neto; Trabalho, Baptista Ngwenja.

Por seu lado, a UNITA integra no mesmo Governo: Colégio Presidencial — dr. José N'Deiz; ministros — Educação, prof. Jerónimo Wang; Trabalho, engenheiro António Dembo; Recursos Naturais, engenheiro Jeremias Kalkindia Chivanda; secretários de Estado — Informação, dr. Almerindo Jaka Jambico.

Continua pág. 18

Continuação de:
 Interior, engenheiro João
 Vahakeri; e Pesca, Manuel
 Alfredo Teixeira Coelho. A cargo
 de Portugal ficaram também três
 ministros: o da Economia com o

Dr. Vieira de Almeida, Comarca-
 ções e Transportes com o
 Engenheiro Amândio da Cunha e
 Obras Públicas, Habitação e
 Urbanismo com o Engenheiro
 Resende de Oliveira.

Embora não seja ainda a festa
 da independência, o clima em
 Luanda foi de festa. Apesar da sua
 juventude, de um modo geral, os
 representantes pela nova adminis-
 tração de Angola são homens
 temperados na luta.

Savimbi em destaque

Infinidamente o público por-
 tugues não está tão informado
 como devia acerca das realidades
 actuais deste país. Observa os
 acontecimentos, regra geral, e a
 evolução do processo da des-
 colonização à luz de ideias pré-
 concebidas e opções deslocadas
 do quadro local. Em Angola hoje é
 preciso estar, ver e ouvir para
 compreender bem o desenrolar de
 todo o processo. Têm-se verificado
 aqui eventos muito importante
 para o futuro do país. O Presidente
 da UNITA, Dr. Jonas Savimbi,
 viveu na última semana uma
 jornada triunfal na zona centro-
 sul: meio milhão de pessoas, idas
 do Bié, do Mochico, da Huila, de
 Luanda, aclamou-o em Nova
 Lisboa. Quase o mesmo número
 aplaudiu freneticamente durante a
 deslocação ao Lubito/Benguela.
 Manifestações destas nunca foram
 vistas no país.

Savimbi é um erador extra-
 ordinário e influencia fortemente
 todo o território além Cuanza. Na

filosofia da UNITA existe uma
 verdadeira mística savimbiana que
 está a apaixonar até à loucura as
 populações de Angola, de Luanda
 para baixo.

Acesso que se estima um
 exercício de trinta mil homens ao
 dispor do movimento nas zonas do
 Leste, a UNITA está, portanto, a
 agigantar-se sendo considerada,
 pelos observadores que aqui se
 deslocam, o movimento mais forte.
 Seja como for, o futuro do país
 (assim como o dos outros
 movimentos e, sobretudo das
 forças progressistas) começa a
 depender da actuação da UNITA.
 Pessoas que conhecem o seu chefe
 admiram-lhe a inteligência, a
 habilidade política e principal-
 mente o humanismo. Conjectura-
 -se, através dos seus actos e das
 suas declarações que almente uma
 ideologia de intuição maista.
 Tem a humildade suficiente para
 — como aconteceu no Dondo, Bela
 Vista, ao apontar o seu velho
 professor — afirmar: não sou o
 a lutar pela liberdade dos homens e
 da terra. Foi no seu exemplo que
 bebe as firmezas que agora vos
 trago. Na sua firmeza forte a
 minha H.

O problema Chipenda

Chipenda constitui de imediato
 um problema para o governo de
 transição, problema esse tanto
 mais grave, quanto é certo que se
 encontra armado. O repórter
 esteve lá e viu: 2000 homens opera-
 cionais ocupam os aquartela-
 -mentos da periferia do Ruvungo
 (junto à fronteira leste-sul). Um
 batalhão de 600 homens encontra-
 -se estacionado em Bona, a 15
 quilómetros do Luso. Possui ainda
 um batalhão de 500 homens,
 reforçado por uma companhia de
 material pesado e um destaca-
 -mento de artilharia anti-aérea
 (cerca de 100 homens mais).
 Chipenda afirma ter, ainda, (o
 jornalista não viu) 8000 homens
 para lá da fronteira, na Zâmbia.
 Entretanto, o Dr. Jonas Savimbi,
 que começou por elogiar Chipenda
 enviou emissários seus ao seu
 encontro, esperando-se da
 diligência pacífica, algo que possa
 resultar.

O Dr. Agostinho Neto, líder do
 MPLA é esperado em Luanda no
 dia 4, data histórica do MPLA,
 data que marca o início da luta
 armada.

Semana Nacional

Congo-Brazaville e Gabão: Relações diplomáticas com Portugal

O CONGO-BRAZZAVILLE que havia cortado relações diplomáticas com Portugal em 16 de Agosto de 1963, acusando-o de não respeitar a Carta das Nações Unidas nem a Declaração dos Direitos do Homem, atitude esta destinada a auxiliar a libertação de África, decidiu agora normalizar as relações com Portugal, segundo anunciou o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, David-Charles Ganso. David-Charles sublinhou que a atitude do seu governo tivera por base as recomendações do directorio político do Partido Congolês para o Trabalho, por haver entendido que o processo de descolonização das antigas colónias portuguesas se tornara irreversível.

Também o Gabão estabeleceu relações diplomáticas com Portugal, tendo sido publicado um comunicado conjunto dos dois governos em que se declara que a decisão foi deliberada, sendo, em copia as medidas positivas tomadas pelo Governo português, com vista ao acesso próximo à independência dos territórios africanos ainda sob a sua administração.

Estreitamento de relações luso-senegalesas

ESTEVE, oficialmente, em Portugal o presidente do Senegal, Leopoldo Senghor, um dos homens mais em evidência na África francófona. Leopoldo Senghor chegou a desempenhar papel de relevo em conversações relativas ao futuro da Guiné-Bissau, salientando-se, neste particular, o encontro mais ou menos clandestino com o então governador da colónia, general António de Spínola, com quem desta vez também se encontrou, em Portugal, embora a título particular.

Das muitas declarações de Senghor a que a imprensa diária deu o devido relevo, salientamos: «Para além da libertação dos nossos irmãos, o Movimento das Forças Armadas, pela sua acção histórica favoreceu, sem dúvida alguma, a simbiose das culturas africana e europeia, contribuindo para a edificação da Europa-África que através de nós realizará, antes de mais, o milagre da mestiçagem cultural. Hora seja feita ao povo português em quem a África sempre acreditou. Lembro ainda Amílcar Cabral que, enquanto combatia o governo português, recusava pedir a expulsão de Portugal da O. N. U. Agora que já não há divergências entre os nossos dois povos, entre Portugal e o Senegal, novas perspectivas se nos oferecem para uma cooperação estreita e fecunda. O governo e o povo senegaleses estão a isso dispostos».

Institucionalização do MFA discutida em Sesimbra

DURANTE a manhã de segunda-feira estiveram reunidos em S. Bento o Primeiro Ministro Vasco Gonçalves, os membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA, e ainda o lingüista Otelo Saraiva de Carvalho. Durante essa reunião teria sido feito o ponto da situação política, como é usual às segundas-feiras.

No fim da semana a CCPMFA reuniu, em Sesimbra, com os três chefes de Estado Maior, com o Comandante adjunto do COPCON, e com os maiores Melo Antunes e Vítor Alves. Segundo as declarações de Otelo Saraiva de Carvalho, nessa reunião teriam sido abordados pontos referentes à institucionalização do MFA. (Ver pag. 17)

Conferência de Imprensa de Vítor Alves

O CONSELHO dos Vinte reuniu, ao fim de semana, decidindo proibir as manifestações convocadas para ontem pelo PS, PCP, MDP/CDE, FSP, MES e MRPP, considerando-as inoportunas. Na quinta-feira, o ministro sem pasta, major Vítor Alves deu uma conferência de imprensa na qual, Vítor Alves, começou por declarar não existir, em Portugal, clima de guerra fria nem de guerra civil. Posteriormente interrogado acerca das manobras da NATO, afirmou estarem preparadas, há cerca de dois anos, enquadrando-se num trabalho de rotina da organização. Acrescentou ainda a esse respeito ter sido ouvido o Conselho de Ministros que não considera necessário cancelar as referidas manobras.

Aberçado o assunto das manifestações, afirmou: «A posição do governo foi bem clara: não haverá manifestações. De acordo com a lei não é considerada uma contramanifestação a manifestação com trajecto e objectivo diferente. A lei é omissa e aquilo que diz sobre contramanifestações não nos autoriza a integrar nela a manifestação de amanhã. Não podendo o governo garantir que nas quatro manifestações se integrassem unicamente pessoas a ela pertencentes — e prevenido infiltrações que provocassem alteração na tranquilidade pública — resolveu o Conselho dos Vinte cancelar as manifestações».

Quando a confrontação que há algum tempo se deu entre dois dos partidos da coligação, Vítor Alves considerou como natural que se tenham tomado posições que de um lado e do outro, trouxeram a lume divergências latentes.

A posição do MFA nessa querrela é um facto sobre o qual se especulou. Só assim aconteceu, porém, por causa da manobra como a imprensa entendeu essas divergências. O Movimento de 25 de Abril tem a opção de defender as classes mais desfavorecidas. A posição foi accidentalmente coincidente com a de alguns partidos. Entendeu-se, porém, que a melhor forma de defender os trabalhadores era essa. A lista partidária dentro dos sindicatos não pode vir a prejudicar o processo democrático.

Havendo a breve prazo conversações do MFA com os partidos, a situação será clarificada de modo a evitar esse clima de pseudo-crise.

Sartre em Portugal

A VINDA, por sua própria iniciativa, em Março, de Portugal, foi notícia nos diários desta semana. Virá acompanhado de Simone Beauvoir. «Curioso será notar — acentua «O Século» — que a visita de ambos acontece trinta anos depois de uma outra, realizada a convite da Alliance Française que os jornais portugueses de então silenciaram, efectuada quando a França se encontrava livre do nazismo, mas a guerra não terminara ainda na Europa.

Embaixador americano avista-se com Costa Gomes

O EMBAIXADOR Norte Americano, Frank Carlucci foi recebido, na terça-feira, pelo Presidente da República, general Costa Gomes. Após o encontro não foi divulgado qualquer comunicação oficial desoportunando-se mesmo se o encontro foi convocado pelo presidente português, se solicitado pelo embaixador Carlucci.

Legalização do MDP/CDE

COM 5555 PROCESSOS entregues no Supremo Tribunal de Justiça, o M.D.P./C.D.E. entrou no caminho definitivo da sua legalização de acordo com a lei vigente, sendo assim, depois do P.C.P., P.P.D. e C.D.S. o quarto partido a institucionalizar-se legalmente. Com essa finalidade estiveram na quinta-feira, pela manhã, no Supremo, elementos da delegação da Comissão Central do M.D.P.: José Manuel Tenagarrinha, António Calhorda, Orlando Carvalho, Horácio Guimarães, Mário Bruzelas e José António Tavares da Cruz.

José Manuel Tenagarrinha salientou, a propósito, que os 5555 tomados na sua globalidade são um sintoma da diversificação sócio-profissional dos filiados do partido bem como das sua impantação geográfica em todos os distritos.



O tempo da descompressão (e outras histórias)

Marcelo Rebelo de Sousa

DEPOIS DE duas semanas de actividade política tema a justificar parangons da informação nacional e estrangeira, sobreviveu um "tempo de descompressão"

Este "tempo de descompressão" que foi prenunciado já nas conferências de imprensa dos Secretários-Gerais do PCP e do PS, viria, contudo a ser a sua expressão pública mais evidente na conferência de imprensa do Ministro Victor Alves.

Com ele terminava o mais longo período de crise política posterior ao 25 de Abril. Nem a crise Palma Carlos, nem o 28 de Setembro tinham durado tanto tempo a desenrolar-se. A primeira fora curar e de solução relativamente fácil, embora — para efeitos vários — o Primeiro Ministro demissionário tivesse querido jogar com um certo "suspense" acerca da sua posição definitiva.

A crise de 28 de Setembro, extremou as orientações em confronto, mas não durou mais do que a três ou quatro dias, desde que entraram em colisão aberta o Presidente Spínola (e apoiou), e a Comissão Coordenadora do MFA (e apoiou), até à tomada de posse do Presidente Costa Gomes. Precisamente o que existia de indefinido da recente crise foi a sua longa duração. Mesmo o carácter global (não se limitou ao Governo Provisório, antes envolveu o MFA, a Intersindical, quase todos os partidos políticos e largas zonas da opinião pública) já se verificava na crise de 28 de Setembro.

Por outro lado, só na aparência o que esteve em causa de parte a parte, foi apenas o problema da lei sindical. Subjacente a esse problema encontraram-se as questões mais importantes da interpretação do Programa do MFA, do modelo de sociedade tido por mais adequado para o futuro português, e do jogo de forças políticas com o mesmo ao poder.

Para algumas forças políticas, a lógica do 25 de Abril exige a construção de um modelo socialista de democracia popular, em que as liberdades burguesas são "instrumentalizadas" as liberdades económicas e sociais, tidas por essenciais.

Para outras forças do que se trata prioritariamente, neste momento, é de construir uma sociedade democrática pluralista (no estilo ocidental, em que se irto intruduzindo factores de socialização, com o respeito das liberdades inerentes àquele esquema político.

Esta foi a cisão verificada, e que, em boa verdade, corresponde "gross" modo às duas grandes tipologias de sistemas socio-económicos existentes no universo: de um lado, os socialismo com democracia popular; de outro lado, as democracias ocidentais, mantendo (embora socializando progressivamente) o sistema capitalista.

Em tese, ainda seria possível admitir uma terceira via — a do chamado socialismo do 3.º Mundo.

Mas, no debate recente, ele não esteve em causa.

Aliás, nem seria provável que estivesse acerca da lei sindical, já que, nesse ponto se aproxima de soluções das democracias populares, não oferecendo, portanto, um caminho específico.

Poder-se-á, no entanto, alegar que não aceitar um modelo socialista do tipo democracia popular não significa necessariamente optar pela outra alternativa que expusemos, mas sim por um outro modelo socialista pluralista ou em liberdade.

Assim pode ser a prazo, como meta a construir num futuro mais ou menos longínquo. No presente, contudo, a cisão acerca das liberdades fundamentais clarifica de imediato os campos políticos, sem mais alternativas que a democracia popular e a democracia ocidental (a primeira só existente em países socialistas, e a segunda ainda não tendo atingido a meta socialista).

Assim, o que esteve (quase sempre em debate te continuará a estar no futuro?) foram diversos conceitos de democracia e de liberdades. Mas, a esta demarcação de campos ligava-se permanentemente a questão das forças políticas com acesso imediato ao poder, com vista à construção daqueles modelos.

É muito particularmente foi clara a acção do PCP como propulsores da primeira via, nam crendo que suscitou reacções mesmo de sectores políticos apoiantes da "unicidade", e de um modelo socialista — ditadura do proletariado.

Deste modo, vieram a converter em posições anti-PC dos grandes grupos de forças políticas: — as que punham em causa os conceitos de democracia e de liberdades defendidas pelo PCP (como o PS e o PPD);

— as que tinham um avanço irreversível daquele partido em termos de tomada do poder (grupos de extrema-esquerda).

Trata-se de uma bipartição tendencial, já que os partidos do primeiro grupo também tinham a rendição próxima de experiência leste-europeias, com natural ascendência do PC.

A grande novidade, em termos estratégicos (e não só) chamou-se PS. Ao defender para já o modelo de democracia ocidental (embora mantendo uma linguagem radical), ao assumir a liderança da resposta anti-comunista, e PS recolheu-se numa linha social-democrática. Sem dúvida mais à esquerda do que congéneres europeias, com o apelo ao substracto marxista (que, contudo, é comum às alas esquerdas das social-democracias da Europa), recusando publicamente o qualificativo de social-democrata (até porque social-democrata se diz o PPD), e optando por uma via dita socialista — não democracia popular, não ditadura do proletariado e não social-democracia.

Ors, se a prazo é, em tese, concebível essa nova alternativa, de imediato a opção ideológica feita (curiosamente à margem do programa, que é mais radical) situa o PS no campo das social-democracias.

E este simples facto, acarreta um rearranjo de todo o xadrez político eleitoral, que adiante apreciaremos, que adiante apreciaremos.

A dúvida principal que deixa a presente crise é a da sua eventual recorrência. Ou seja, as crises Palma Carlos e do 28 de Setembro foram, por natureza, pontuais e irreversíveis. Até porque houve uma resolução (relativamente) definitiva dessas crises, e enquanto crise, pela sua natureza, e porque foi ultrapassada sem revoluções de fundo, poderá sobrevir no futuro?

De momento, um como que pacto tácito suspenso as hostilidades; mas, o equilíbrio difícil continua a existir, enquanto existirem modelos que, no mesmo espaço de tempo, são incompatíveis (diferente é, por exemplo, a situação em sociedades como a francesa e a italiana, em que os modelos divergentes se racionalizam em diferentes momentos temporais).

O futuro (mesmo o próximo) nos dirá se a crise foi localizada e irreversível, ou constituiu, ao invés, um afluxamento de algo de mais fundo.

Outras histórias

Antes de analisarmos o modo do "tempo de descompressão", vamos às "outras histórias" (que, como é compreensível, têm algo a ver com aquele tempo).

A primeira foi a visita a Portugal do Presidente Senghor, do Senegal. O Presidente Senghor veio, a um tempo, as características de um prestígio político-cultural, que lhe advém de ter sido um precursor da "negritude", com a de desenvolver apreciáveis relações, com vários Estados Europeus ocidentais, e mesmo os EUA (ao invés de outros governantes africanos). Ao mesmo tempo, a sua posição altamente moderada e o tipo tenso de contactos que mantém com outros estadistas, como Sékou Thouré, permitem ter uma sensação mais aproximada da sua localização política.

Tendo contactado com Spínola antes ainda do 25 de Abril; segundo a imprensa senegalesa, Senghor conhece e aprecia o

Ministro Mário Soares. A sua visita a Lisboa (ou, mais ainda, o não adiamento da sua visita) na ressaca de uma crise política no nosso país — sem um inequívoco significado. Significado este que parte da imprensa avocou-lhe, e que transparece dos próprios discursos do visitante (cuja, leitura revela tacto diplomático, num momento não-muito fácil para o efeito).

A confirmar o que fica dito deverá acrescentar-se que a visita de Senghor se verificou apesar de contra a sua oportunidade se ter pronunciado (embora não publicamente) um membro do Governo, representante de um dos partidos da coligação (ministro, que, de resto, não comparecera a nenhuma das cerimónias da visita).

A segunda "história" desse período foi (sem dúvida) a manobra na NATO, marcada há mais de dois anos, e cuja oportunidade foi agora ratificada pelo General Costa Gomes (segundo a versão dada pelo Ministro Victor Alves na sua conferência de imprensa).

Diversos observadores políticos consideram que este facto, que causou alguma sensação (até porque era desconhecido de altas personalidades do poder constituído), deve ser visto em dois planos distintos:

— não há dúvida que a mera realização de operações da NATO, de tão grande envergadura, com a participação activa de Portugal tem um significado político: recorda as forças internas e externas que Portugal é membro da NATO, e membro activo, o que o vincula a acções conjuntas numa aliança militar oposta aos países do Pacto de Varsóvia. É como que uma lembrança acerca do hemisfério geoestratégico em que o país se acha inserido;

— mas, já constituía imaginação fantasiosa esperar (como o denunciaram partidos, como o MRPP, o PSP e a LCD intervenções da NATO no nosso país (desembarques e outras operações ofensivas).

No fundo, o problema que esta manobra suscita não é o dela própria (com improváveis efeitos na actual fase do processo político português), mas o da presença de Portugal na NATO. E isso não se pode fugir: ou o país se desvincula desse compromisso militar (o que o Programa do MFA não permitiu, ou então está de facto inserido num bloco militar determinado, o que se não condiciona de imediato a vida política portuguesa, é, contudo, um parâmetro afastado que persiste.

Porquê descompressão

Regressamos, então, ao "tempo de descompressão". Ela ficou marcada, antes do mais, pela manutenção da actual coligação governativa.

Quer o PPD, quer o PS reexaminaram a sua presença no Governo, e confirmaram-na, o primeiro em Comunicado, e o segundo através da Conferência de imprensa.

Também a eventual entrada de Rola Coutinho para Vice-Primeiro Ministro não deixou de continuar na "lista de espera", mas não ocorreu de imediato, como alguns comentários previam. Como na "lista de espera" continua Mela Azevedo para outro lugar de Vice-Primeiro Ministro.

Por outro lado, a descompressão foi a constante essencial das Conferências de Imprensa do PCP e do PS. Álvaro Cunhal e Mário Soares — cada qual com o seu estilo — deram sinais de querer um reforço da coligação, e, em particular, das relações entre os dois partidos, embora, numa ou noutra resposta, aproveitassem o ensejo para criticar o parceiro.

Da parte de Álvaro Cunhal, a conferência de imprensa foi considerada pelos observadores, como um recuo tático. Assim perguntas mais "quentes", como as da institucionalização do MFA, e da constituição do Governo Provisório, foram respondidas de forma moderada, muito diversa do tom do discurso proferido no comício da Marinha Grande.

Finalmente, a descompressão teve também como sinal o destino das manifestações do PS, e da FSP, MDP/CDE, MES e PCP.

A solução a que se chegou (por parecer do Conselho dos 20) foi imposta por um realismo político, que atendeu — segundo as próprias razões oficiais — à dificuldade de assegurar o respeito da ordem pública em todas as manifestações. Nem por isso a solução deixa de poder ser tomada objectivamente como uma vitória do PCP.

Para todos os efeitos, desde o 25 de Abril que nenhuma grande manifestação de rua legalizada teve lugar sem sua intervenção. E praticamente só o MRPP tem organizado manifestações de rua

(além menos numerosas). A regra não foi alterada ainda desta feita a marcação "à posteriori" da iniciativa do PCP e outros veio prejudicar a manifestação do PS, e apenas o MES, por um lado, e o MRPP, por outro, pretendem manter as suas intenções, mesmo depois do comunicado do Conselho dos 20.

Que o intuito do PCP era o de responder à manifestação do PS (de resto, tendencialmente anti-PC) como esclareceu Álvaro Cunhal depressa-se de um comunicado do MES, em que este admite que em sua opinião a comigão da manifestação quadripartidária não era apenas a de fazer face à iniciativa do PS, como o PCP entendera, mas muito mais amplo. E, portanto, alguns dos objectivos visados continuavam de pé, mesmo depois do cancelamento da manifestação do PS.

Interessante foi a posição do PPD. Não aderiu a nenhuma das duas manifestações; e, depois de analisadas ambas, em comunicado, criticou o "petrônio" dado ao PCP e outros concorrentes "pelo Conselho dos 20.

Xadrez eleitoral

Entrando nas fase eleitoral, interessa recapitular as posições dos diversos partidos políticos à saída da crise da "unicidade sindical".

Quanto ao PCP, o documento do seu Comité Central é muito claro ao apontar necessariamente sumário das prioridades estratégicas do Partido, neste "tempo de decompressão" que se vive.

Nessas prioridades encontram-se enumeradas:

1) o saneamento do aparelho do Estado (tema que, justificado, preocupa várias entidades políticas — vide editorial do Boletim do MFA);

2) a descolonização;

3) a situação económica interna (neste ponto, o comunicado é muito prudente e vago, tendo, possivelmente, em conta a posição modesta defendida pelo PCP durante a discussão do Plano Económico em Conselho Ministros);

4) as ameaças da reacção (englobando, embora de forma genérica, a "conspiração contra-revolucionária" responsável, conjuntamente com grupos pseudo-revolucionários, pela "provação" em torno do Congresso do CDS).

A parte mais importante do documento é, no entanto, o Capítulo III. Ali o PCP afirma aceitar as eleições para a Constituinte.

E, logo de seguida, é aditado que o PCP se opõe à validade do voto em regiões não saneadas, e onde os comunistas não participaram nas operações de saneamento, ou no próprio esclarecimento pré-eleitoral, a menos que até às eleições se corrijam tais situações.

Fica, portanto, desde já definido o pensamento do PCP sobre determinadas situações eleitorais, em áreas em que dificilmente se poderá, até às eleições, corrigir, por exemplo, a ausência de comunistas das operações de saneamento total das autarquias locais, embora não especificando o "modus faciendi". O mesmo comunicado prevê que o PCP se oporá a que a Assembleia Constituinte se transforme numa Assembleia Legislativa de que dependeria o Governo. Assim, o Governo Provisório prosseguirá a sua função sem dependências das eleições de Abril próximo.

Mas, o ponto essencial do documento do Comité Central do PCP é o que respeita ao MFA e à futura organização político-constitucional.

Em três pontos sucessivos (III — 5, 6 e 7) se defende a participação do MFA ao processo constituinte, e mais do que isso, a institucionalização constitucional do "eixo social e político da democracia — a aliança Povos-Forças Armadas".

Com a soberania inteligente que caracteriza as suas tomadas de

posição, o PCP deixa, no entanto, estabelecer algumas das pautas de uma estratégia eleitoral, pelas polarizando a atenção dos portugueses.

Alguns observadores políticos aproximam esta manifesta preocupação "eleitoral" do PCP de um outro documento do MDP/C-DE, também saído na semana passada, que reafirma a acção das eleições por este partido igual,

entretanto, se legalizou com um número de assinaturas bastante inferior ao de qualquer dos três anteriores períodos).

A referência curta do PCP ao Programa "Económico-Social não veio esclarecer os mesmos observadores, para os quais aquele programa poderia vir a ser brevemente contestado (por insufficiente) por algumas organizações sindicais.

PS: campanha eleitoral

Como já acima frisámos, o PS recolheu-se, na prática, em nova posição no xadrez político português. Fê-lo ou melhor, está a fazê-lo, ao mesmo tempo que prepara o seu lançamento eleitoral. Neste lançamento, Salgado Zenha — saído da crise com um reforçado prestígio político (ver entrevista na pág. 16) — tem desempenhado o papel de cabeça de cartaz.

A sua presença em sucessivos comícios, e outras intervenções públicas, têm-no transferido num leader vocacionado para escabeçar a campanha eleitoral do PS (que já começou, e continua com o comício do próximo dia 7). Depois de mais de um mês de paragem, recomencaram os comícios e sessões de esclarecimento do Partido (algumas das quais com preocupações de especialização sócio-profissional, como sucedeu temp. há sessões intensivas para os apurados pol-

ciais do Porto, Caidas da Rainha, Peniche, Obidos, Nazaré, Alcobaca e S. Martinho do Porto.

O que é facto é que tudo indica uma subida eleitoral do PS, avveniente, além do mais, da sua reconquista política.

Claro que nada isto sucede sem questões internas agravadas por uma deficiente estruturação administrativa (quando se legaliza o P. 5.7), e a reveli-ão estado os comunistas da Juventude Socialista da Zona Norte, e de outros militantes do PS, alguns dos quais dirigentes dos órgãos supremos.

Também externamente o PS tem ganho com o reajustamento posicional (que aquieta a Inter-sindical Socialista). E a oposição está a intervir no Congresso do PSF, e a vinda a Portugal de James Callaghan, primeiramente prevista para o ano passado, e depois adiada (talvez um pouco devido às dúvidas dos trabalhadores acerca da atitude do PS nanceu momental.

PPD: repensar

Perante um PS que começa a dar sinais de polarizar parte da sua clientela eleitoral, o PPD terá certamente que repensar a sua estratégia interna. Como também terá de repensar a estratégia externa, em função das reforçadas (e muito possessivas) relações do PS com a Inter-sindical Socialista.

Tendo observado durante a crise uma discrição, que se jantou à firma por altura do seu comício, o PPD terá dessa forma, hostilizado menos o MFA (designadamente a Comissão Coordenadora) do que o fez o PS. E isso constitui um triunfo conjuntural.

Ao mesmo tempo, prosseguir a sua actividade de esclarecimento, mesmo durante duas semanas em que essa actividade no PS praticamente parou.

Por outro lado, Sá Carneiro e Magalhães Mota voltaram à primeira linha. O primeiro, depois da entrevista à "Capital" reaparece em Guimarães e Aveiro, e é objecto de uma moção de apoio aprovada por aclamação pelo Plenário da ISD (sa jovem e progressista do Partido). O segundo recebe a incumbência de

coordenação da Campanha Eleitoral, para o efeito percorrendo, em curto espaço de tempo, todos os distritos do país.

O repensar da estratégia do PPD face ao presente quadro político abre três alternativas possíveis:

a) ou um PSD à italiana, essencial para todas as coligações governativas, mas sempre secundário perante um forte PS;

b) ou uma viragem à direita, a tentar obter votos em diprutos com CDS, mas que levanta à esgaofa do Programa votado em Congresso, e a saída de numerosos dirigentes e bases.

c) ou uma linha original, de antiposição no plano interno e de novas vias na política externa (algumas das quais abertas agora pela armazão do PS).

De qualquer forma, o PPD dispõe numa vastíssima área — uma organização administrativa apreciável, superior à de outros partidos, salvo o PCP.

Continua pág. 16

O tempo de descompressão...

Continuação pag. 2

O novo "momento" da direita

O Congresso do CDS e a designação de Sanches Osório para Secretário Geral do Partido Democrata Cristão revelam que a direita não está imóvel.

Para alguns observadores, um esquema possível da sua evolução futura poderia ser o seguinte:

1.º — fortemente apoiante do PDC, com uma figura do MFA (embora hoje dele afastada), que daria uma cobertura política pré-eleitoral;

2.º — legalização deste Partido, é talvez também do PSDP (seu leader Luis Azevedo dirige um semanário, em que colabora Sanches Osório).

3.º — aproximação (fusão?) destes três partidos, sob o patrocínio do mais conhecido e implantado (CDS).

Entretanto, no Congresso do CDS os observadores esperavam uma certa "viragem à esquerda" do Partido, querendo vincar um Programa mais claramente progressista e centrista.

Simplesmente os acontecimentos que levaram ao seu boicote impediram a concretização deste eventual intento. E ainda cedo (ou é já demasiado tarde?) para apaz os autores efectivos do boicote: apartadamente eles terão sido a IS, a LUAR, a LCI e o PRP-BR. O MES veio desvincular-se da parte bélica da manifestação. Por outro lado, nunca se chegou a confirmar a participação de membros do PCP e do MDP (como disse o comunicado do CDS), nem o papel decisivo da Faculdade de Engenharia do Porto, dirigida por membro qualificado do DORN. O único episódio irónico foi o rasgado eloquio do Secretário-Geral do CDS ao PS ao mesmo tempo que a J. S. atacava o Palácio de Cristal.

De qualquer forma, é possível retirar as seguintes conclusões:

1.ª — A dificuldade crescente (mesmo física) do CDS em desenvolver as suas actividades, que é uma impossibilidade, quanto às reuniões públicas;

2.ª — A isto acresce aliazas, cada vez mais frequentes, de oficiais do MFA, na Campanha de Dinamização Cultural, à ausência de eleições ganhas por partidos "de direita" (pressupõe-se que legalizados, sendo o problema não se portar);

3.ª — A forma como as Forças Armadas intervieram no Porto suscitou a curiosidade dos observadores, sobretudo atendendo à confraternização de alguns militares com os manifestantes (o Ministro Vitor Alves falou mesmo de um inquérito sobre os acontecimentos);

4.ª — A reacção dos meios políticos portugueses ao sucedido no Porto contrastou com a reacção ao ataque ao Comício do CDS no S. Luiz.

Esta fora muito rápida e apressante (até ilegítima do CDS) que da parte do Governo, quer dos partidos da coigação.

Desta lenta a reacção foi formal, e ressaltando as distâncias relativamente ao C. D. S. O contraste dá uma ideia aproximada da forma como várias forças políticas visam o CDS na presente conjuntura política;

5.ª — Internacionalmente, consequentemente foram quase imediatas e muito amplas, grandemente reforçando o movimento de opinião pública de vários países europeus desfavorável à actual situação portuguesa.

Extrema-esquerda: legalização

Legalização é (passe o paradoxo a palavra de ordem de quase toda extrema-esquerda portuguesa, o MRPP, a UDP e LCI e a AOC prometeram essa legalização por breve se terão de a fazer até dia para fazermos parte da Comissão Nacional das Eleições, se o prazo for alongado).

Todos eles têm exercido a actividade de propaganda no país, mas parece prematura a sua sondagem à sua efectiva força social.

MFA: to be or not to be

O MFA é, por fim, a questão mais relevante da semana. De semana que começou com as mocções votadas em diversas sessões de exercício; que culminou com a Campanha de Dinamização Cultural (com a novidade de Força Aérea aparecer pela primeira vez, nessa Campanha, em Minho); que acabou com adiamento do Conselho do Estado e da Assembleia Geral do MFL Um e outra aguardados com grande expectativa. Até poderiam abordar o tema cadente modo da institucionalização do MFA (já que acerca da institucionalização em si ninguém levanta objecção).

Entretanto, a semana terminou também com a expectativa de possível (e próxima) ida à RTP Conselho dos 20, eventualização com o Secretário-Geral dos dois partidos da legalização, para clarificar a posição do MFA sobre pontos essenciais da vida política portuguesa como, por exemplo, eleições. Poderia até ser um dia de domingo.

Seria talvez a pensar nessa que Victor Alves prometera, na conferência de imprensa, que os breve, definiram a sua posição opinião pública portuguesa.

Como se vê, tratou-se de uma semana tranquila. De uma semana de descompressão. Passada nas conferências de imprensa e temas de reconciliação e o adiamento sucessivo das reuniões do MFL.

E acabou, hoje, dia 31 pelas horas com o COPCON, em aparelho bélico, tomando medidas de segurança para evitar festações que o Conselho dos proibia. Ou seja, as manifestações do MES e do MRPP.

Síntese documental de uma semana política

Mário Soares:

um contrato de progresso perante o Povo

-PRECISAMOS de fazer um contrato de progresso, um compromisso solene, definido perante o povo português, assim se expressou o secretário-geral do Partido Socialista em comício havido no Seixal anteontem. Mário Soares aludiu a uma tragédia que, segundo a sua opinião, parece inevitável, caso se insture a desunião entre os partidos da coligação, coligação essa que o mesmo dr. Mário Soares classificara em conferência de imprensa, na segunda-feira, de «coexistência nem sempre pacífica».

Mário Soares polemizou com o Partido Comunista, afirmando concretamente: «Nunca se viu um dirigente do P. C. que chega ao poder, continuar lá por eleições democráticas». Depois de haver afirmado que o povo português não quer, ao fim de 48 anos de fascismo, continuar a viver sob

uma ditadura, seja ela qual for, do mesmo modo que não deve sujeitar-se a imperialismos estrangeiros. Não somos russos, nem chineses, nem americanos — somos portugueses» e sublinhou: «Não queremos ser pelo no jogo do imperialismo russo». Criticou ainda os partidos que chamou satélites do P. C., tendo englobado nesta designação o M. D. P., C. D. E., M. E. S. e F. S. P., designando-os sucessivamente, segundo relata o «Diário de Notícias» por P. C. n.º 2, P. C. n.º 3 e P. C. n.º 4.

Considerou Mário Soares provocação por parte do P. C. o facto de haver convocado uma manifestação para o mesmo dia para o qual a havia convocado o Partido Socialista. «Um pretexto da última hora — disse, o secretário-geral do P. S. — para forçar o M. F. A. a proibir todas as manifestações.» E acrescentou:

«Isto é grave e mostra que o P. C. não está a jogar de uma maneira séria e democrática. E se isso continua a acontecer caminhamos para aquilo que pode ser uma verdadeira tragédia para o povo português». Referindo, depois (citamos aqui o Diário de Notícias) às acusações que têm sido feitas ao P. S. de estar a provocar o próprio M. F. A., desmentiu tal facto, dizendo que, pelo contrário, o que acontece é que certos partidos vivem na subserviência das Forças Armadas e pensam que o melhor que têm a fazer é «dar-lhe graxa e manteiga, de manhã à noite».

Para Mário Soares ainda se o P. S. saísse do Governo, o que não se põe agora em causa, a Europa fecharia as portas ao nosso País, afectando nada menos que 80 por cento do nosso comércio externo e os emigrantes, cujas remessas de dinheiro totalizam anualmente 25 milhões de contos, retirar-se-iam

caso se concretizassem as ameaças de nacionalização da banca.

Apesar de todas as críticas feitas ao P. C., Mário Soares declarou que a Democracia se não pode construir em Portugal contra o P. C., enquanto ele tiver a implantação que tem nas classes trabalhadoras.

Contra a cúpula do P. Socialista

UM DOCUMENTO assinado por oito militantes do Partido Socialista, acusa este de dirigismo, manipulação de massas, combates notáveis como meios para fazerem vingar em Portugal a opção tendente à institucionalização de uma democracia burguesa em Portugal. O documento é assinado por: José

Manuel Morão C. Rufino (membro demissionário do Secretariado dos N. I. S. E. — J. S.); António José Tomás Santos Bento (funcionário político do P. S.); Armando Antunes de Castro (membro do Conselho Directivo do P. S.); Evaristo Cutileiro (membro da Comissão Nacional do P. S.); Alvaro Bandeira (militante do P. S.); José Pedro Veloso de Sousa Freitas (membro demissionário do Secretariado Nacional da Jur. Socialista); Américo André Marçó (membro demissionário do Secretariado Nacional da Jur. Socialista); e Nelly Jazra (militante do P. S.).

Concluindo, acrescentam os signatários: «A manifestação organizada para 31 de Janeiro pelo P. S. é o ponto mais alto da escalada contra as forças revolucionárias. Se, face ao 28 de Setembro, as cúpulas do P. S. em contradição foram empurradas à última hora perante os factos consumados e diante da unidade das forças de esquerda, de que fazem parte as suas bases, a emitir um comunicado para tentar remediar o atraso das suas hesitações, hoje, perante a evolução rápida da situação e a vontade das forças de esquerda e do M. F. A. que permitem avançar no processo democrático em curso, mais uma vez a cúpula do P. S. vem mostrar a sua incapacidade de levar a bom termo outros interesses que não sejam os da pseudo «democrática» das contradições do capitalismo europeu.

Ir-se-á assistir a uma nova aparição de uma nova «maioria», objectivamente guiada e fortalecida pelas posições da cúpula do P. S.?

Ir-se-á assistir em 1975, em Portugal, como em 1918 na Alemanha, ao apontar pelas costas da classe operária pela social-democracia?»

Cunhal: "um Partido que quer ir para a frente"

NA CONFERENCIA de imprensa promovida pelo Partido Comunista Português, na segunda-feira em que estavam representados numerosos órgãos de Informação Nacional e estrangeira, o secretário-geral daquele partido, dr. Alvaro Cunhal respondeu às perguntas dos jornalistas sobre importantes aspectos do actual momento sociopolítico em Portugal.

Depois de uma breve introdução em que afirmou que, dada a irregularidade do processo da revolução e difícil definir-se «quando se vai para a direita ou para a esquerda» e que os comunistas vão para a frente com as classes trabalhadoras e as massas populares, Alvaro Cunhal referiu desquadadamente: «Vamos para a frente com todas as forças democráticas que querem participar na construção do novo Portugal democrático, com os partidos democráticos e com o M. F. A.. A força motora do processo revolucionário é a aliança das massas populares com as Forças Armadas e nas últimas semanas lançou-se essa aliança. Tudo quanto se possa dizer acerca de uma política não unitária do P. C. P. não tem qualquer fundamento.»

Referindo depois à proposta de Mário Soares para um encontro de elementos dos partidos da coligação com o M. F. A., Alvaro Cunhal salientou a concordância do P. C. P. a tal proposta: «Estou mesmo muito contente por ter o dr. Mário Soares feito em publico esta proposta, quando alguns dias antes a tinha eu feito particularmente a ele.»

E logo a seguir, o secretário-geral respondeu à uma pergunta do Rádio Clube sobre outra proposta, esta feita pelo Partido Popular Democrático, de aliança com o P. C. P. depois das eleições: «Se se congregarem por aliança a continuação de um governo de coligação, é caso para perguntar se que é que a pergunta é feita, pois o P. C. P. nunca pôs em causa a coligação governamental. Mas eu creio que a pergunta tem, apesar disso, particular interesse, porque significa que aqueles que passaram em causa a coligação estão dispostos a continuar nela. Não quero dizer que os bons filhos é

que em Lisboa se fala de guerra civil, se tem medo da guerra civil.»

Assinalando que a origem das dificuldades move-se na questão da unidade sindical, Alvaro Cunhal considerou possível a convivência de trabalhadores de diversas ideologias dentro dos sindicatos, para defesa conjunta dos seus interesses. «Afirmo a não nomeadamente que a unidade é a consagração legal da liberdade sindical e que «os trabalhadores portugueses podem livremente gerir os seus sindicatos, decidir a sua orientação, escolher livremente os seus dirigentes, sem estarem nem submetidos a partidos, nem submetidos ao patronato. Com o chamado pluralismo sindical, os trabalhadores portugueses desariam de ter a verdadeira liberdade sindical. Haveria mais sindicatos, cada qual comandado por um partido político ou mesmo pelo patronato. Em cada sindicato já não haveria essa liberdade de escolha, essa liberdade de decisão. Seria o enfiamento a uma entidade de controlo. Portanto, os trabalhadores portugueses vão viver e lutar brevemente dentro dos seus sindicatos.»

Em resposta a uma pergunta do «Jornal de Brasil», sobre a acusação do Partido Socialista, divulgado nesse dia, de jogo antidemocrático e de monopólio dos meios de comunicação por parte do PC, com tónica sobre a televisão, Alvaro Cunhal aconselhou os jornalistas estrangeiros a procederem a uma «boa amostragem sobre a TV porque, da nossa parte, os comunistas, não temos praticamente acesso à televisão.» «É felicitoso depois aquele órgão pela sua presença, na conferência de imprensa e, pela oportunidade que tem de informar mais objectivamente do que até hoje tem feito sobre as actividades e a presença dos comunistas portugueses na vida nacional.»

Afirmou depois que há quem desejasse ver o MFA dissolvido e outros sectores que pensam dever

este regressar aos quartéis depois das eleições.

As perguntas seguintes abordaram ainda o tema da institucionalização do MFA e foi um jornalista americano quem pôs a questão da guerra civil de que, na sua opinião, «se fala muito em Lisboa». Alvaro Cunhal contestou essa afirmação, afirmando conhecer a opinião de muitos milhares de pessoas que não fundamentam tal hipótese: «Mas sei que há quem fale de guerra civil. Não é o povo português mas forças que não querem um regime democrático em Portugal, são os fascistas, são os reacçãoários. Se desse lado pode vir a afirmação de

que em Lisboa se fala de guerra civil, se tem medo da guerra civil.»

Considerou a afirmação ligada à mesma propaganda que refere a preparação de um golpe para tomada do poder pelo PCP e assinalou a posição do PCP frente à calúnia e à mentira, armas da ditadura fascista que longa e duramente perseguiu o comunismo, para concluir: «Portanto, não há golpe de Estado, não haverá guerra civil. Se há aventurismo, contra-revolucionários que, agitando um pressuroso perigo de um golpe comunista pretendem cobrir o seu. Uma tal tentativa custaria muito caro aos seus autores. Vivemos em liberdade, continuamos a viver em liberdade em Portugal.»

P. P. D.: política de alianças

O Partido Popular Democrático, que, em toda esta crise, e quem menos posições públicas tem tomado, emitiu, contudo, um extenso comunicado em que propõe «a consideração dos portugueses os seguintes pontos fundamentais: a posição do P. P. D. quanto às liberdades democráticas; os fundamentos democráticos do regime político actual; os perigos para a democracia em Portugal; a necessidade de uma política de alianças; o papel do MFA na vida política portuguesa.»

Quanto às liberdades fundamentais afirmou o PPD: «as liberdades que defendemos não são liberdades formais ou burguesas, não são liberdades no papel, não são liberdades na abstracção da lei. São liberdades encarnadas e realizadas na vida de cada um». Relativamente ao problema da utilidade sindical: «...e amanhã poderão dizer-nos que os trabalhadores só são livres se escolhem de acordo com a opinião da instrumental. Este conceito de liberdade democrática pode servir uma qualquer revolução, mas não respeita a dignidade da pessoa humana nem é o nosso conceito. É a revolução que poder servir não é a do 25 de Abril.»

Por nos parecer extremamente significativo transcormos do comunicado a parte que se refere a política de alianças, sendo da nossa responsabilidade os sublinhados.

«Uma aliança que tem sido levantada contra o P. P. D. e a afirmação de que o P. P. D. pretende eliminar o M. F. A. da vida política portuguesa e travar, senão até inverter, o processo revolucionário do 25 de Abril.»

Chegase ao ponto de sugerir que o P. P. D. jogaria numa votação eleitoral das forças da direita na Constituinte, num governo de

coligação com estas forças e, afinal na eliminação constitucional do M. F. A., na defesa à outrance do capitalismo na reversão do processo revolucionário.

Ora o P. P. D. tem o seu programa publicado, em que parte de uma análise crítica do capitalismo português; propõe a construção do socialismo pela via democrática, o que só pode ser tarefa colectiva da esmagadora maioria dos portugueses durante anos; declara-se para tal aberto a todas as alianças honestas. Esse programa foi elaborado e decidido pelas bases do partido e não tem uma linguagem para iniciados e outros para estranhos.

O P. P. D. tem repetidas vezes declarado em privado e em público, a saciedade e estranheza, que deseja o estabelecimento de uma plataforma política quanto a Constituinte, e tem-se declarado pronto a negociar um compromisso político, para depois das eleições, por todo o período de três anos do Plano Económico e Social proposto pelo M.F.A., que aceita como base desse compromisso. Ora é evidente que plataformas e compromissos políticos desta natureza, mesmo se forem sancionados pela vontade expressa, irrenunciável e soberana do eleitorado, só têm viabilidade nesta fase do processo revolucionário se forem apoiados pelo M. F. A. garantidos pelo M. F. A., se não até mesmo, como no caso do Plano Económico e Social, promovidos e inspirados pelo próprio M. F. A. Só o M. F. A. pode garantir os compromissos políticos, sem os qua não há construção da democracia em Portugal, só o M. F. A. pode, em última análise, garantir as liberdades.

Nós não queremos duvidar das declarações reiteradas do Partido Comunista quando se diz que quer eleições no prazo marcado no Programa do M. F. A., embora tenha várias vezes discordado desse prazo por o considerar demasiado curto, e pretenda por último que não seja reconhecida a validade de parte dos resultados eleitorais. Mas parece-nos óbvio que um partido leninista mais interessado na tomada do Poder do que em reparti-lo democraticamente pelos seus adversários, não pode objectivamente ter interesse em que se consolidem na sociedade portuguesa, por meio de eleições, outras forças políticas, quaisquer que elas sejam, que esmaiecem a sua actual e precária predominância relativa como organização partidária. O P. C. P. não pode estar objectivamente interessado na repartição democrática do Poder nem em aliar-se com qualquer esquema de separação de poderes. Deste ponto de vista, são mais consequentes as vontades dos aliados ideológicos e tácticos do P. C. P., quando desvalorizam o significado do próximo acto eleitoral, como o M. D. P., ou quando se esforçam abertamente por impedir a sua realização como o M. E. S.

Nós, porém, temos confiado e continuamos a confiar em que o

patriotismo e o realismo político do P. C., o seu interesse objectivo em alianças reais e não fictícias, prevaleçam sobre o seu interesse ideológico em obter as vantagens palpáveis dos seus aliados esquerdistas.

O problema da institucionalização do MFA

O comunicado pronuncia-se também sobre a institucionalização do M.F.A. dizendo: «O P. P. D. defende a institucionalização do M. F. A. e entende ser esta uma exigência urgente da vida nacional. Precisa o País saber se o M. F. A. se organiza basicamente em Assembleia de Delegados ou em Conselho dos vários ramos das Forças Armadas, se estes ramos reúnem em plenário ou em assembleias de delegados, se as deliberações tomadas são públicas ou secretas, são puras recomendações ou são vinculativas e nesses casos para quem. É pois claro que a institucionalização do M. F. A. é uma necessidade, porque não há democracia sem transparência das instituições.»

Mas nesse ponto estamos conflituos. O M. F. A., depois do período de experimentação que consideramos necessário, encontrará a forma institucional adequada, sem precisar de ajuda externa. E saberá institucionalizar-se, estamos certos segundo o espírito democrático que presidiu ao Programa do M.F.A. A institucionalização do M.F.A. não significará institucionalização da intervenção militar na acção independente dos vários órgãos de soberania, mas a consolidação do seu próprio carácter de fiador suprapartidário da continuidade do processo democrático e da defesa do Programa do M. F. A.

Quem não deseja e não confia na institucionalização do M. F. A. são os confessos partidários de pseudo vanguardas revolucionárias.

As pseudovanguardas revolucionárias não estão interessadas na institucionalização do M. F. A. como não estão interessadas na institucionalização da democracia política. Pretendem que um grupo, que denominam «progressivo», do M. F. A. exerça a sua hegemonia sobre todas as Forças Armadas, e que essas finalmente, como vanguarda, exerçam a sua hegemonia sobre toda a Nação. Falado claro: o M. F. A., que lutaram como motor da revolução seria, na prática, simples carruagem do seu combão.

Mas a teoria das vanguardas não é uma teoria democrática, nem sequer é verdadeiramente revolucionária. É um teoria goliarda de manipulação das massas.

O socialismo não se constrói com golpes de mão, mas através da mobilização das consciências e do trabalho sério de organização.

MRPP: Portugal prisioneiro dos imperialistas

ESTEVE, também, particularmente activo durante a semana, o M.R.P.P. que além de duas conferências de imprensa editou um suplemento ao «Luta Popular», onde se define a posição do Movimento na situação política actual e particularmente no referente às manobras da «Nato», que se realizam em território nacional precisamente a coincidir com uma das crises dos centros do poder em Portugal.

Afirma o suplemento do órgão central do M.R.P.P.:

«A partir de sábado passado forças militares da Nato começaram a concentrar-se em Lisboa. Neste momento existem 32 barcos nas águas territoriais portuguesas, com 11 000 soldados e marinheiros, entre os quais 5000 «marines», especialistas em operações de desembarque. Exercícios militares são ser iniciados, entre os quais exercícios de bombardeamento de alvos militares situados no interior do país. Com um decoreado brutal o imperialismo americano exhibe o seu poder militar e recorda ostensivamente que o nosso país é uma semi-colónia americana e que o imperialismo americano não deixará de bom grado que o nosso país se afaste da sua órbita, e que

usará todo o seu potencial militar se isso se mostrar necessário, ou quando isso se tornar necessário.

Tudo isto perante o silêncio acerrado dos partidos da coligação, do governo a que deveria caber a defesa da dignidade e da soberania nacionais.

A arrogância insolente desta provocação representa uma nova escalada. Os canhões e os aviões de bombardeamento americano estão no Tejo para nos recordar que somos uma colónia americana e que o imperialismo americano não recuará perante nenhuns meios para manter esta situação.»

É acentua, depois, em comunicado:

Os acontecimentos políticos actuais que vêm a desenrolar-se a um ritmo vertiginoso, são uma demonstração clara, inelutável e inequívoca de quem são os inimigos principais do nosso povo... É - antes - «O Comité Executivo considera oportuno e urgente recordar e reafirmar a justa lide científica do marxismo-leninismo-maoísmo de que o imperialismo yanque e o social-imperialismo-revisionista soviético são os inimigos principais dos povos do mundo e, portanto, também do povo português. Portugal é uma neo-colónia do

imperialismo: antes de tudo do imperialismo yanque e, agora começa a ser do social-imperialismo soviético.»

«O Comité Executivo realça junto do povo a política de vendedores-pátrias e de traidores, de autênticos lacaios do imperialismo e do social-imperialismo que é a política do partido dito socialista e do partido dito comunista, os quais, perante o franzeir de sobrolhos dos seus amos estrangeiros, desconvocaram imediatamente as suas manifestações...»

O M.R.P.P. afirma ainda que «O ministro da Administração Interna, por seu lado, deixou claro que a comunicação do Conselho dos Vinte não encerra nenhuma proibição». Refere-se o comunicado do M.R.P.P. à proibição da manifestação convocada para o Rossio. Diz mais ainda que «no encontro lido por um Delegado do nosso Movimento com o ministro da Administração

Interna, e a pedido deste, cerca das 15 horas de hoje, o M.R.P.P. manteve firmemente a sua intenção de levar a cabo a manifestação convocada para o Rossio». Entretanto, durante a tarde de ontem, a rádio repetiu um comunicado provido do M.F.A. dizendo que todas as manifestações estavam proibidas. A confecção do Suplemento e, porém, anterior a este comunicado. No decorrer de conferências de imprensa, o M.R.P.P. fez graves acusações ao embaixador americano, acusando-o de ser chefe da CIA em Portugal e recordando a sua carreira que, segundo o conferencista, para tal o credencia.

O Suplemento do Luta Popular sublinha também o facto de a França que «militarmente não pertence à Nato considero necessário associar-se a estas manobras militares para a protecção dos seus interesses.»

As regras do jogo e as batotas indesejáveis

DURANTE 15 DIAS, viveu-se em Portugal mais um período de tensão. As pessoas interrogavam-se sobre o futuro político do país, sentiram que a liberdade estava em causa, recearam que a pré-democracia não evoluísse para a democracia que resulta da sua interpretação a um ano do Programa do MFA e antes degenerasse em autocracia tirânica e irreversível a curto prazo.

"A crise — porque de crise grave se tratou, não de "pseudo-crise" — parece estar debelada. É normal um certo sentimento de insegurança que se gerou a partir da polémica entre partidos da coligação sobre a lei sindical, disse Vítor Alves, na sua conferência de imprensa da passada quinta-feira. E acrescentou "Se a disputa entre partidos existe, consideramos essa disputa vivificante para a democracia"... "A situação de tensão já está desbloqueada neste momento".

As marcas da crise não deixarão, no entanto, de permanecer. E "um certo sentimento de insegurança" levará algum tempo a desvanecer-se.

Para além das incertezas quanto ao presente e ao passado recente (o protelamento da divulgação do relatório sobre o 28 de Setembro, a manutenção sem explicações de certas detenções, o crescimento da violência política e não política, as alegadas acusações de escutas telefónicas, etc.), há, no que toca ao futuro próximo e longínquo, as dúvidas provenientes das declarações nem sempre coincidentes, por vezes muito contraditórias, de elementos destacados do MFA. Quando, por exemplo, Otelo Saraiva de Carvalho afirma, em Sesimbra, que "o partido que conquistar maior número de votos não reflectirá necessariamente a real vontade e os verdadeiros interesses do povo português", a sua linguagem não será contraditória, mas não se pode dizer que afine pelo mesmo diapasão da de Vítor Alves, quando este diz que "havendo a breve prazo conversações do MFA com os partidos, a situação será clarificada, de modo a evitar este clima de pseudo-crise" ("que o é também de indefinição").

Não se pode concluir daqui (e existem outras comparações várias, ver pág 17) que se verificam oposições frontais dentro do MFA. O que se nota é uma indefinição que a ninguém aproveita, excepto aos inimigos da democracia, reacçãoários ou não, dissimulados ou não.

O papel dos partidos, o significado das eleições e a necessidade da sua desdramatização, a presença do MFA depois do próximo 25 de Abril (em que termos? até quando?), a criação de uma autoridade que não redunde em puro autoritarismo, a clarificação sobre quem manda (e sobre quem mandará) em Portugal — tudo isto obriga a uma larga troca de impressões entre as forças políticas verdadeiramente representativas, civis (da coligação e não só) e militares ("o Movimento do 25 de Abril é um movimento político", disse Vítor Alves). Por isso, a proposta de "conversações do MFA com os partidos" (ver além do mais, notícia na pág 1) reveste-se da maior importância, para que as cicatrizes desta e outras crises desapareçam e para que o "sentimento de insegurança" se transforme na certeza de que estamos todos empenhados na única via que interessa aos que aderiram ao Programa do MFA: a passagem rápida da pré-democracia à democracia plena. Sem regras do jogo entre os participantes (os partidos), cujo cumprimento seja assegurado por um poder não partidário (o MFA, que, ainda segundo Vítor Alves, "não é um movimento partidário"), é impossível conseguir que os portugueses escolham, e votem em conformidade, com a liberdade e o conhecimento de causa que o momento histórico (quem quer ter mais 48 anos de ditadura?) requerem.

Até aqui, a imprecisão das vagas regras do jogo utilizadas tem permitido todas as espécies de batotas (na informação como na intimidação, na politização como nas manifestações). Mas não é com batotas que se constrói um país nem é com adiantamentos que se revelam questões.

E aos outros, as super-potências sobretudo, bem mostram que não se deixam enganar. Para não citar o repetido (e desmentido) exemplo da esquadra da NATO no Tejo, pense-se na subtil penetração cultural, económica, etc. da União Soviética.

FERRERIA Bualid; Balsa Alfredo de

Eleições e democracia: um depoimento

Eurico Ferreira - Alfredo de Sousa

NAS DUAS ÚLTIMAS SEMANAS verificaram-se acontecimentos importantes na vida política portuguesa. O mais importante foi sem dúvida a rejeição expressa por lei da liberdade sindical, em manifesta discordância com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Convenções da OIT e do Programa do M.F.A., tal como foi esse apresentado ao Povo Português poucos dias depois do 25 de Abril. A forma como decorreu a sua apreciação, o processo de manipulação e de apresentação e o resultado final da supressão dessa liberdade fundamental e inalienável... são conhecidos e deploados como um passo negativo para a democracia.

Mas todos estes acontecimentos últimos têm contribuído para esclarecer certos aspectos e ao mesmo tempo levantar dúvidas a respeito de outros:

1. O centro do poder político

1.1. Depois do que se passou parece-nos já não poder duvidar-se que o centro real das decisões políticas reside no Conselho Coordenador do M.F.A., dela emanam as decisões mais fundamentais e os votos mais decisivos. De facto, na prática concreta, os outros órgãos que existem — constitucionais ou não — exercem funções de decisão menor ou executivas, ou acenam como órgãos moderadores ou de auctulação.

No início da Revolução do 25 de Abril isto não parecia claro nem sequer a muitos membros das Forças Armadas. Foi há pouco tempo esclarecido que, quando da redacção do Programa do M.F.A. em Cascais, foram cuidadosamente pesadas as palavras a fim de ampliar a sua acção; a poluição veio depois, e parece "restarem poucas semanas para consolidar o processo revolucionário". Sem que possamos descartar o porquê das "poucas semanas", o que nos parece é não ser realisticamente possível, para quem quiser manter os olhos abertos, duvidar da localização do centro fundamental de poder no quadro actual — que se vai distanciando do jurídico legal — dos poderes políticos em Portugal. Assim o Conselho Coordenador parece de facto assumir a responsabilidade básica do cumprimento do Programa do M.F.A., isto é, da institucionalização da democracia no País. Esta questão tem estado ligada à interpretação do Programa do M.F.A. Mas, atendendo ao que se tem passado e às declarações feitas, parece-nos que, na realidade, a interpretação é

agora mais ampla: trata-se da "interpretação da democracia", do sistema político desejado para Portugal. Se assim é, isto não pode deixar de ter ligações e perigos relativamente às próximas eleições que se pretendem livres e realizadas no quadro de uma democracia pluralista.

1.2. Parece-nos igualmente claro que o hegemónico Movimento não exprime opiniões contrárias à Comissão Coordenadora, e que antes aparenta servir-lhe de veículo de opiniões e de sugestões. Pelo menos é assim entendido por um bom número de pessoas e o tipo de acolhimento que a imprensa lhe reserva reforça esta interpretação. A sua leitura fornece pois informação fidedigna de tendências, de opiniões e de orientações.

Se assim é, há outros aspectos acerca dos quais se vê menos claramente.

2. Listas unitárias

2.1. Depois da negação, imposta por lei, da liberdade sindical, começa a falar-se de listas únicas ou, melhor, unitárias para as eleições próximas. Significará isso que haverá presenças para que cada Partido não se apresente sozinho às eleições se assim o desejar, livremente? Ou que as listas unitárias receberão um certo "apoio moral" específico?

2.2. Francamente, a prática generalizada e pressionada de listas unitárias parece-nos extremamente perigosa, pois não só se reduz as liberdades democráticas como diminuirá as escolhas possíveis ao Povo Português.

E sem sequer se diga que isso é praticável em torno de objectivos comuns unitários — como por exemplo um projecto comum de Constituição — porque constituiria de novo um jogo de espáris por cima da vontade dos eleitores e porque bem se conhece o respeito que merecem as "plataformas de emergência". E não pôde-se afirmar que é com medo de que a reacção — qual reacção? — ganhe as eleições.

2.3. Portugueses de direita existem e existirão. Não podemos nem devemos eliminá-los da comunidade. Somente exigir-lhes fidelidade à nova vida democrática. Será possível ao bom senso — sem pedir mais — conciliar o ostracismo daqueles e a aceitação de outros que têm à frente dos seus programas reais a instauração de uma ditadura do proletariado?

Sempre se afirmou ao longo do fascismo que, em eleições livres, o povo o derrotaria esmagadoramente. Como conciliar esta verdade, agora que se prevêem

e prometem eleições livres, com um pretenso medo?

Não se tratará antes de manobra de certa formação política e de seus associados a fim de evitar que apareça de facto a prova da sua fraca representatividade popular?

3. Adiantamento das eleições

3.1. Fala-se em vários círculos políticos e aparecem transcritas nos jornais propostas — quase como alternativa à "proposta" anterior — no sentido de serem adiantadas as eleições próximas, porque o Povo Português não está preparado, as populações rurais não estão doutrinadas (por quem?...), apesar da intuição ideológica lançada por uma boa parte dos meios de informação partidariamente dominados, e das pressões utilizadas por certos grupos locais. Estes argumentos a favor do adiantamento — subil estimo para o adiantamento sine die? — são iguais aos utilizados no tempo do fascismo.

3.2. Quer-se condenar o Povo à menoridade... até que sima, certa idealização das "massas" seja considerada satisfatória? Ora, como há pouco se escrevia no Diário Popular, a única maneira de preparar o Povo para a liberdade é dar-lhe o direito de a exercer. E, além disso, que é o teórico, o político que pode garantir que o povo português não saiba avaliar quais os seus problemas e escolher entre programas partidários desde que estes apresentem claramente a sua posição? Quem, si mesmo, se atreve a pensar, mais uma vez, um atestado de menoridade aos seus concidadãos, depois da sua adesão em massa e espontânea ao 25 de Abril? Não podemos durar das claras palavras recentemente proferidas pelo Ministro Melo Antunes e as do Conselho dos Vinte. Mas seria bom que certos círculos políticos cessem de lançar a "boca".

4. Julgamentos revolucionários

4.1. Afirma-se que as personalidades ligadas ao anterior regime vão ter "juulgamentos revolucionários". Fala-se também de "legislação revolucionária". De que se trata afinal? De novas tribunais especiais, julgando segundo legislação excepcional? De tribunais ditos populares? E francamente preocupante a continuação deste estado de coisas, porque, ou se trata de crimes políticos e têm estes acusados de ser julgados segundo as leis constitucionais, ou se trata de crimes comuns e os acusados deverão ser julgados nos termos do direito comum. E, em qualquer dos casos

em tribunais ordinários e nunca de excepção.

4.1. É fundamental para a democracia que assim seja. Nunca, mas nunca — que isto fique bem claro — se pode construir a democracia saltando por cima das liberdades democráticas fundamentais, sob o pretexto de que os inimicados o fizeram. Não se trata de legalismo, mas sim de não violar as regras essenciais da democracia. Além do mais, é bom lembrar que a "legalidade revolucionária" não é um saco sem fundo nem se confunde com o arbitrio permanente. Aliás é cada vez mais estranho que, dos presos que há, após o 25 de Abril ou do 28 de Setembro, nenhum tenha ainda sido julgado. A razão invocada pode ser no fundo interpretada como não havendo legislação e tribunais que permitam o seu julgamento de uma certa maneira. Este atraso é porém uma faceta dolorosa do nosso processo de democratização e reparado pelo mundo "que já não nos ataca, mas nos olha espantado".

5. Antecipação às eleições e operação psicológica

5.1. E finalmente meu Deus, não se pretende resolver as leituras e atrasos da nossa administração pública colocando em todos os lugares de chefia "homens revolucionários"? Já não basta não haver tido qualquer comprometimento com o fascismo: é preciso ser-se revolucionário? Quem julga dessa qualidade? Não vêm os autores da ideia que isso teria trágicas analogias com o método de selecção usado no passado, em que a opção política era mais importante do que a competência ou de que a honestidade? Se assim se proceder a este novo "lanceamento" ou apenas afirmar que assim vai ser, então é que se paralisa e se pode finalmente sabotar a administração pública e as actividades privadas. Parece-me que procedimentos desse género trariam trágicas consequências, além do ruído de numerosas injustiças. Não admiraria, também, que Portugal visse agora uma nova emigração de pessoas qualificadas ou a criação, para os menos jovens, de novas situações de desemprego. Entretanto, quantos oportunistas-carreiristas não tentariam a sua sorte... ou a sua aventura?

5.2. Nos últimos tempos o clima de inquietação está a tornar-se pesado: vive-se numa atmosfera de espionagem, de suspeição, de boatos de fraudes, de listas preparadas, de indêfnia perante a agressividade dos outros. Recria-se vez em cada conhecido um delator, não se fala livremente ao telefone — julga-se

ouvir o conhecido clic da escuta. Os investimentos ouveem os incitamentos ao investimento rentável e logo a seguir se diz: por agora é a socialização, e se o capital não coopera é o socialismo. Coopera, como? Investido? É certo. Mas entrincoando ouve-se reclamar a nacionalização da banca privada e de mais sectores, ou sejam uma passagens a regime diferente antes das eleições. Ao mesmo tempo incita-se por pequenos toques, à ocupação de latifúndios, aparentemente sem qualquer processo legal.

Como não estranhar que vociferos deliberadamente provocado em ritmo crescente, orquestrado e obsessivo, não aumente a confusão, quando a publicação do Plano de Transição tem estado atrasada? É oportuno recordar as palavras que o hebdomadário The Economist (11 Jan.) atribui a Mário Soares — de cujas convicções socialistas ninguém duvida: embora confessem que a escolha não deva ser feita, põem a democracia em primeiro lugar e o socialismo em segundo.

6. Conclusões

A conclusão que os autores retiram destes factos é que expõem a quem manda é a de que se está correndo um risco muito grande de se desviar a democratização de Portugal daqueles caminhos esperados que se abriam com o 25 de Abril. Será este risco de desvio inocente como que impulsionado por uma dinâmia que não se controla bem, ou por uma opção iluminada progressivamente por certa doutrina?

Ou não se verá que alguns querem criar condições para o lançamento da aversura anti-democrática de criação de nova dinâmia, que utiliza movimentos, bu de pontos revolucionária e que cuidadosamente se encoberta por detrás de jovens heróis?

Isto constituiria um golpe fatal — sem recuperação por muitos anos — nas possibilidades de instauração da democracia em Portugal, e, cremos nós, nas possibilidades do socialismo democrático para o nosso País.

Em qualquer caso, estas questões criam inquietação nos espíritos dos que ainda não perderam a fé na democracia e a esperança de ela se institucionalizar em Portugal.

O 25 de Abril e o Programa do M.F.A. que então nos foi apresentado tiveram um maço apoio popular e a adesão dos Partidos. Porque tentar criar um clima de dúvida e de receio de se recuar ao Povo Português o seu direito do

exclusivo das opções fundamentais?

A liberdade é difícil de conquistar; mas vale bem a pena lutar por ela!

P. S. — Os acontecimentos dos últimos dias parecem infelizmente confirmar algumas inquietações. Outro facto igualmente inquietante é o aproveitamento que certos grupos e seus aliados objectivos estão tentando fazer Campanhas de Dinamização Cultural para as transformar em campanhas de intimidação política, sob o pretexto de que o povo não está esclarecido. Dizem — directa ou indirectamente — que se não vote neste ou naquele partido, mesmo nos já legalizados, porque senão as Forças Armadas intervêm de novo e em força, evitando aí os Chalmites para o demonstrar. E quando quando se ouve algumas declarações na Televisão, fica-se com receio de um certo consentimento neste aproveitamento. Quem tem a real democracia senão os anti-democratas? Não se vê que o medo pode paralisar o País, constituindo isto a mais completa sabotagem económica? Esquecem os "reluctos" ou iluminados que não podem sobrepor-se à vontade popular e atiracão-la? que se não pode voltar a falar em nome do Povo e dos interesses do Povo sem consultar a vontade popular expressa pelo voto? Não se antevê claramente que uma solução anti-democrática, no contexto geopolítico em que nos encontramos, mergulhará o País na miséria tirando-lhe de novo as possibilidades do progresso esperado com o 25 de Abril?

Que se "não perca a cabeça" e se aceite o veredicto popular, é o apelo angustiado que osamos fazer a todos os que realmente querem o bem de Portugal. Deixem usar livremente o voto que é a arma do povo e não usam outras armas.

N.R.

N.R. - No ÚLTIMO artigo que publicamos, subscrito por Eurico Ferreira e Alfredo Sousa, referiamos que Eurico Ferreira era director do Gabinete de Estudos do Partido Socialista. Em carta que nos enviou, esclareceu este partido que tal não é verdade. Pedimos desculpa pelo engano, tanto ao PS como ao dr. Eurico Ferreira lo qual, aliás, é uma figura conhecida do PS, sendo-a, por exemplo, representado, ainda recentemente, na Assembleia dos Parlamentares da NATO.

MURTEIRA, Mário

O plano de emergência e transição (1)

Mário Murteira

1 — A RAPIDEZ do processo social português, depois de 25 de Abril, e a complexidade dos factores em jogo, dificultam extremamente a obtenção de uma consciência clara do que se passa à nossa volta — do que é poeira passageira, e do que realmente se altera de profundo no nosso contexto histórico. O discurso ideológico que nos atordoa a vista e os ouvidos, mesmo quando bem intencionado, raramente prima pela lucidez, e encontramos no Portugal de hoje frequentes ressonâncias do século XIX num mundo e numa problemática que pouco têm a ver com o mundo e a problemática dos nossos antepassados de há 100 anos, mesmo dos progressistas que se entusiasmaram, em 1871, com a Comuna de Paris. E não é por se citar muitas vezes Marx, Lenine ou Mao que «objectivamente», se vence a alienação ideológica e política.

A leitura militante de uma prática social como a portuguesa exige — além do mais — uma efectiva intenção de se

desvendar «objectivamente a realidade». O contrário disto é tentar à viva força deformar a realidade à medida dos nossos preconceitos, sejam eles porventura muito «à esquerda», sobretudo ao nível das emoções.

O propósito das linhas — com a objectividade possível que está ao meu alcance — os dados básicos da estrutura económica portuguesa actual, na sua inserção no capitalismo internacional em cuja órbita gravitamos. A visão progressista e eficaz da política portuguesa deve radicar-se numa análise desses dados, creio eu. Qualquer outra via de reflexão será sempre «idealista», no mau sentido do termo. Tal como a visão (idealista) do Pitóga dos desenhos animados, que certamente também se situaria «à esquerda do P. C.», se passasse hoje por Portugal.

2 — Para compreender a situação da economia portuguesa herdada do anterior regime político, é necessário

recordar as linhas fundamentais da nossa dependência externa.

O crescimento da economia portuguesa nas últimas duas décadas acelerou-se fortemente em relação à sua tendência histórica anterior. O crescimento médio anual do produto nacional a preços constantes foi certamente inferior a 3% entre 1914 e 1950. Essa taxa excede 4% na década de 50 e 6% desde os anos 60. Ou seja: neste último período, o ritmo do crescimento económico português é mais de duplo da tendência histórica anterior à 2.ª Guerra Mundial. Como se explica tal aceleração?

O factor primordial reside no aumento da procura externa dos nossos produtos manufacturados, (e da própria força de trabalho portuguesa) por seu turno resultante da forte expansão do produto e do comércio internacional no âmbito do mundo capitalista, em particular nos países europeus da E. F. T. A. — organização a que Portugal adere em 1960 — e da C. E. E. (Mercado Comum). Há também um processo de substituição de importações de produtos industriais na industrialização da economia portuguesa. Todavia, desde os anos 60, é o primeiro fenómeno que mais indus o forte crescimento industrial do País e, por essa via, dá o impulso fundamental ao crescimento económico português. A agricultura, como se sabe, mantém-se praticamente estagnada e constitui factor de travagem, e não de dinamização, do crescimento global da economia. Para fixar ideias, registre-se que a parte das exportações de mercadorias no produto nacional passa de 8 a 16% entre 1938 e 1972, o que significa que o ritmo de crescimento das exportações foi duplo do crescimento do produto, no período considerado.

É ainda a procura externa resultante da dita conjuntura de certos capitalismos europeus que explica que a «exportação» anual da nossa força de trabalho para o estrangeiro passe de 25 a 180 milhares de pessoas de 1960 a 1970. Também o aumento dos investimentos directos estrangeiros no nosso País (76) milhares de contos em 1969 e 2723 milhares em 1973, segundo dados do Banco de Portugal) se explica fundamentalmente pela oportunidade assim oferecida ao capital estrangeiro de «exportar» a nossa mão-de-obra barata transformada em produtos manufacturados (confeccões, material eléctrico, etc.) para a Europa mais rica e industrializada.

Em termos de balança de pagamentos, remessas de emigrantes e divisas do turismo, permitem largamente compensar um excesso

crecente (em termos absolutos) do valor das nossas importações de mercadorias relativamente às exportações.

Como a repartição do rendimento entre capital e trabalho é fortemente assimétrica em Portugal — 75% dos activos são trabalhadores dependentes (assalariados e empregados) e recebem pouco mais de 50% do rendimento nacional — e o Estado pouco corrige esta situação através do imposto e da sua aplicação em volume e orientação das despesas públicas civis para bens colectivos — saúde, habitação, segurança social, etc. — a procura interna que se exprime no mercado diverge profundamente da procura potencial derivada das necessidades básicas da grande maioria da população. Dito de outra forma: quem tem carências graves em alimentação, saúde, habitação, etc. não dispõe de recursos, nem a oferta pública de bens colectivos vai ao seu encontro; quem dispõe de recursos mais abundantes passa facilmente ao nível das procuras não essenciais (bens de «luxo»).

A superestrutura ideológica e política desta estrutura económica pretende fazer-nos crer ser este o processo natural do crescimento económico e que este serve efectivamente a satisfação das necessidades básicas do povo português; na realidade, um vasto sistema repressivo condiciona as classes trabalhadoras a centros de decisão internos e externos que servem outros interesses.

Derrubado o sistema político, como refazer a estrutura económica para que a autêntica democracia (governo do povo, pelo povo e para o povo, na clássica definição) possa ser construída na nova prática social pós 25 de Abril de 1974? Eis a questão nuclear que pouco tem sido discutida em concreto, fora de certos bastidores.

Há que considerar duas linhas de análise, antes da tentativa de resposta à questão posta: o diagnóstico da crise actual do capitalismo à escala internacional, de que continuamos dependentes; o diagnóstico da profunda crise económica que atravessamos, na transição para outra sociedade, necessariamente distinta nos seus fundamentos económicos e sociais daquela em que a maior parte de nós nasceu e se (de)formou.

Claro que não conseguirei mais do que resumir alguns pontos básicos de reflexão em tão intrincadas matérias. Começo pela «crise» internacional.

3 — É conveniente partir dos seguintes factos incontroversos: as décadas de 50 e 60, sobretudo a última, foram períodos de prosperidade económica sem precedentes no mundo

capitalista dominante à escala internacional; com inflação e desemprego relativamente controlados, as relações económicas internacionais sob a hegemonia de E. U. A. desenvolveram-se a um ritmo sem paralelo com qualquer período anterior. O produto do conjunto dos 7 países da O. C. D. E. de maior potencial económico (Canadá, E. U. A., Japão, França, Alemanha, Itália e Reino Unido) aumentou a 5,5% ao ano, a preços constantes, entre 1959/60 e 1971/72 — o que significa, grosseiramente, duplicar o produto nacional em 13 anos. O Japão cresceu nesse período a 11%, o que significa dobrar o produto em menos de 7 anos! Ainda em 1973, o crescimento daqueles 7 países foi de 6,5%, isto é, acima da tendência dum período histórico fortemente expansionista. Não interessa agora tentar explicar como foi isto possível, e que desequilíbrios e tensões se geraram ou acentuaram entretanto quer no plano intranacional quer à escala planetária, sobretudo nas relações como o chamado Terceiro Mundo. O importante é partir disto para compreender como foi brusca a paragem de 1974 (estagnação do conjunto dos países da O. C. D. E.), igualmente prevista para o corrente ano. O ano da revolução portuguesa foi também o de maior perturbação no capitalismo internacional no pós-guerra.

4 — Antes da chamada crise do petróleo, os economistas ocidentais faziam-se ouvir geralmente em três tipos de preocupações e augúrios: incertezas da evolução do sistema monetário internacional após a derrocada do sistema de Bretton Woods, que tão bem resultara no pós-guerra; incertezas quanto à política macro-económica capaz de dominar a inflação sem cair na estagnação; dúvidas mais fundas, ainda, quanto à possibilidade de manter indefinidamente taxas elevadas de crescimento perante os riscos de excessiva poluição, concentração urbana e do próprio esgotamento prematuro dos recursos nacionais do planeta. Fora do clube dos ricos países capitalistas, uma quarta — e talvez mais fundamental — linha de crítica avançava a impossibilidade da permanência das assimetrias actuais de crescimento no plano mundial e a necessidade de romper revolucionariamente uma «ordem» internacional de exploração e domínio.

Os factores mais evidentes da crise actual radicam nas pressões inflacionistas não controladas, que vinham a tornar-se ameaçadoras já antes da questão da energia (o preço dos bens de consumo nos 7 países citados da O. C. D. E.

aumentar, em média, 7,3% em 1973; QUANDO A TENDENCIA DA DECADE ANTERIOR FORA APENAS DE 3,3%); e na perturbação introduzida no funcionamento do sistema capitalista pela política dos países exportadores de petróleo (O. P. E. P.), além de aumentos menos significativos noutras matérias primas e alimentos. Claro que este último factor veio agravar o primeiro: os EUA tiveram em 1974 uma taxa de inflação cerca de 5 vezes superior à média de 59/60 a 71/72 (11,5% contra 2,4%); o mesmo agravamento se deu quanto ao desemprego — em Outubro do ano passado, os E.U.A. tinham 6% da sua população activa desempregada, taxa de desemprego superior à portuguesa nessa data.

Interessa-nos saber as consequências actuais e futuras desta situação sobre a economia portuguesa.

5 — O peso dos países dominantes da O. C. D. E. — na economia mundial não socialista é de tal modo decisivo que a estagnação dessas economias acarretará consequências funestas, ao menos a curto prazo, no espaço periférico delas dependente, em que designadamente Portugal se situa. Basta dizer que aproximadamente 64% das nossas exportações se orientou para os países da E. F. T. A. e da C. E. E. em 1973 e 10% para os E. U. A. Isto é: um afrouxamento da procura externa oriunda dos países da O. C. D. E. agora em crise poderá afectar, em maior ou menor escala, cerca de 3/4 das nossas exportações. É óbvio que também não poderemos contar com essa procura para orientação dos excedentes de mão-de-obra, sendo até de recear, a mais ou menos breve prazo, retorno importante dos nossos emigrantes. O impulso externo que jogou no sentido da rápida expansão económica portuguesa até 1973 actuará agora em sentido inverso. Se, outras razões não houvesse — e elas existem, num plano político mais fundo que por ora não considero — estes factos elementares bastariam para justificar uma profunda revisão da nossa inserção na ordem económica (e política) mundial.

Neste aspecto, dispomos agora de uma posição política internacional, em particular no que se refere ao Terceiro Mundo, de cujas potencialidades importa tomar rápida consciência para correspondente actuação.

Voltarei ao tema nas suas implicações sobre a possível estratégia de reconversão da estrutura, económica portuguesa, bem mais difícil de transformar a curto prazo que o correspondente sistema político.

CARICATURA: Augusto de: FARIAS, Benjamin

M.F.A.: ACENTUA-SE A TENDÊNCIA PARA "MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO" NUMA SOCIEDADE PLURIPARTIDÁRIA

JUSTIFICA esta semana uma leitura característica na medida em que constitui uma das mais quentes politicamente em que o país conheceu após o 25 de Abril. Multiplicaram-se as declarações, os comunicados e as reuniões com conferências de imprensa à mistura. MFA, Forças Armadas, partidos políticos, governo, etc. Essa leitura, porém, vai tentar penetrar no fio condutor da medida política. Do esse que é o MFA, deixando as questões inter-partidárias para outras páginas.

Assembleia da Força Aérea

Logicamente a assembleia dos delegados da Força Aérea realizada na sexta-feira, da passada semana, já não teria conteúdo nesta, se não fora o silêncio dos jornais que sobre ela pairou. Ali foram tratados problemas de relações entre as bases e as cúpulas, de maneira a que o entrosamento seja um facto.

Embora as diversas moções apresentadas, algumas delas relativas a pessoas em concreto, não hajam tracado normas de conduta futura, verificou-se a

intenção generalizada no sentido de que o MFA, COORDENADORA E CONSELHO dos VINTE, representem, cada vez mais, na actual conjuntura política, o papel de porta-vozes das bases e se distanciam de cupulismo para que órgãos daquela natureza possam ser naturalmente incluídos. Tal, prende-se intimamente com as tomadas de posição pública, com a natureza do próprio MFA e com o seu enquadramento nas Forças Armadas em geral que são habitualmente vistas como o governo em armas, ou o braço do povo. A institucionalização do M. F. A. prender-se-á com este processo na medida em que o seu dinamismo se faz, pela própria natureza da instituição a ser uma criatividade contínua das bases amplas de que deve sair. Para não ficar limitado a gravitar nas cúpulas, pertence a qualquer órgão de direcção. O último número do "Movimento" (Boletim das Forças Armadas), da responsabilidade directa do coordenador acentua a participação do M.F.A. na construção do futuro do país. E acrescenta: "a sexta perspectiva que as F.A., soldados e marinheiros, sargentos e oficiais, devem ser cada vez mais M.F.A."

E só deste modo as F.A. serão definitivamente o Povo em Armas e nunca mais um instrumento de repressão ao serviço das classes sociais dominantes". Crises tem conhecido o M.F.A., como se diz neste número do Boletim e crises mas sem sido superadas, algumas destas graves. No reforço da aliança com as massas populares é que, segundo "Movimento", reside a força principal para superar as dificuldades.

Curiosamente neste número do Boletim aparece uma teorização evidente do M.F.A. como o guia do povo, o "motor da construção histórica da vida política e socio-

económica da nossa jovem democracia", o restituidor da "dignidade às F.A., levando-as a tomarem atitudes identificadas com os profundos anseios do povo português. E preconiza-se: "a intervenção directa dos delegados da F. A. em todos e cada um dos departamentos da Administração Estatal, torna-se inadiável, estando mesmo a ser reclamada pelos próprios trabalhadores da acção pública."

A tendência para envolver as bases dos movimentos de libertação características das colónias portuguesas começa a vir à tona de novo, embora o terreno esteja ocupado de partidos políticos e o próprio M.F.A. não englobe todas as Forças Armadas, mas dentro desta continua a ser um fermento. Encara assim pela frente não apenas o terreno semeado de partidos políticos com visões ideológicas, servindo-se de um terreno inicial, ou plataforma de referência ao 25 de Abril que é bastante explícita e equivocadamente o pluralismo eleitoral mas também as condições da sociedade portuguesa, que a reflectir-se nas Forças Armadas, de tal maneira que a parte estrutural nem sempre responde ao sector político.

O próprio M.F.A. as admite quando, ao aceitar o pluralismo, presta o voto, incluindo os seus componentes, que, uma vez libertados, se dirigirão as urnas para depositar o sufrágio marcando o político. Os militares têm voz. A menos que o MFA se declare partidário, característica que sempre tem tido, embora em declarações e elementos seus preponderantes a explicitar que o voto pode não ser de acordo com os anseios do povo português, o desde logo confere as próximas eleições uma tonalidade "suave".

Ambiente de remodelação governamental: "coexistência nem sempre pacífica"

O fim de semana anterior foi caracterizado por uma certa insegurança psicológica do país em relação aos órgãos que o governo e lhe pautam a vida futura. Falou-se muito em remodelações ministeriais para esta semana, em cambios que se trilham e não se querem trilhar, em mas relações entre os partidos da coligação,

coligação que Mário Soares havia de classificar em conferência de imprensa, na segunda-feira, no Altilis, como "justaposição" ou "coexistência nem sempre pacífica". Ambiente, por conseguinte, extraordinariamente tenso, nos organismos governamentais a nível de cúpula, enquanto meios responsáveis

chegavam a falar na possibilidade de um governo exclusivamente militar com, eventualmente, secretários e subsecretários civis. Ainda neste aspecto é sintomático o editorial do "Movimento" ao apelar para o assumir por parte do MFA da "pleniência das suas responsabilidades revolucionárias, como já o fez em relação à descolonização".

A Coordenadora em Sesimbra com o ministro major Melo Antunes

Desde sábado até às 22 horas de domingo esteve no Hotel do Mar em Sesimbra, onde decorria a reunião da Comissão Interministerial para o Plano Económico, a Comissão Coordenadora do M.F.A., que efectuou reuniões com o general Carlos Fábio, chefe do Estado Maior do Exército e com o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, comandante-adjunto do Copcon e governador militar de Lisboa, e com o ministro Victor Alves. Como houvesse quem relacionasse a presença da Coordenadora em Sesimbra com a permanência ali da "Comissão Económica", Saraiva de Carvalho acrescentou que "a reunião da Comissão Coordenadora do M. F. A. não está, de modo nenhum ligada, aos trabalhos da comissão interministerial que última o Plano Económico. Esta reunião tem como objectivo a discussão de vários problemas relacionados com o M.F.A., o principal dos quais é o da sua institucionalização definitiva no quadro da política portuguesa. Estaremos aqui, no mesmo hotel que os elementos que trabalham no Plano Económico, não tem, pois, qualquer significado, a não ser o facto de se poder aproveitar a presença do major Melo Antunes, que é uma figura-chave do Movimento das Forças Armadas." E quanto à participação do M.F.A. na Constituinte o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho afirmou que está definitivamente posta a questão da participação do M.F.A. na Constituinte e também na Assembleia Legislativa. "O MFA não deseja inmiscuir-se no jogo partidário a fim de preservar a sua unidade". Está a ser discutidas formas que garantam a sobrevivência do M.F.A., disse Saraiva de Carvalho, a fim de que ele possa desempenhar o papel útil

que todos lhe reconhecem. As decisões que forem tomadas pela Comissão Coordenadora serão, certamente, discutidas nas bases e só depois, será tomada pública a decisão do Movimento. Para já não pode dizer-se que a ideia favorável à institucionalização tem a adesão da maioria esmagadora dos elementos que integram o M.F.A."

O brigadeiro Saraiva de Carvalho, disse-nos ainda, segundo "O Século" de segunda-feira, que a reunião da Comissão Coordenadora estivesse relacionada com a crise política que se está a atravessar. Recorde-se, para melhor compreensão do que fica escrito, que a crise política atingiu a crise da onda com a questão da unicidade sindical, unicidade essa a que o Conselho dos Vinte deu a sua adesão e que ainda na sexta-feira da semana passada foi largamente ventilada na assembleia de delegados da Força Aérea.

Foi, certamente, porque tinha em mente situações como esta que o brigadeiro Saraiva de Carvalho insistiu em Sesimbra que "as decisões da Comissão Coordenadora serão, certamente, discutidas nas bases e só, depois, será tomada pública a decisão do Movimento". É de todo impensável que Saraiva de Carvalho não houvesse sido informado das motões e decisões mais recentes da tal assembleia de delegados e de outras congéneres a algumas das quais já nos referimos no nosso número anterior. (pág. 1)

Tendo em conta o fluxo e refluxo das ondas da política entre os partidos e o Movimento, e sendo este o fio condutor daquela, a volta do qual (MFA) gravitam na actual conjuntura as organizações partidárias, este (Movimento) se repercutem todas as crises e como tal as deve considerar e ponderar, juntamente com as que,



naturalmente e por força das circunstâncias resultam de si próprio ou nascer no seu seio. Sendo o MFA o povo em armas não se repercutem as mudanças dum povo. Do povo de hoje. A causalidade é recíproca em lugar mutuo de interferência, embora a influência causal do Movimento em termos de política, seja preponderante, dada a sua colocação no panorama nacional.

Essa colocação a conquista pelas armas e enformou com um conteúdo governi ainda não totalmente definido, mas cujo caminho, na linha progressiva inicial e eminentemente popular ou talvez populista, se vai clarando no dia a dia.

Para corroborar ainda, se tanto fosse necessário, a afirmação supra, temos as declarações de Otelo Saraiva de Carvalho em Sesimbra, declarações que transcendem directa ou indirectamente os jornais diários e que são coincidentes quanto ao essencial. Passamos a transcrever da República: "No que respecta ao grupo militar foi discutido, segundo as palavras de Saraiva de Carvalho, se o M.F.A. deve ir para casa e deixar a política para os partidos (o sublinhado vem entre

aspas) ou se deve intervir no processo político em defesa dos verdadeiros interesses do povo português.

Saraiva de Carvalho acrescentou que, em sua opinião, tais interesses não estariam a ser bem defendidos pelos partidos dados as batalhas de natureza partidária e algo demagógicas em que estão empenhados.

Reflectindo a opinião da maioria dos participantes na reunião, Saraiva de Carvalho disse pensar que o M.F.A. terá de procurar um modo de intervenção na Assembleia Constituinte, a fim de que a nova Constituição do País possa reflectir o pensamento progressista do M.F.A., esclarecendo ainda: "Em face das pressões de várias ordens, a que está sujeita a despolitização popular, tenho para mim que o partido que maior número de votos conquistar não reflectirá necessariamente a real vontade e os verdadeiros interesses do povo português". E o silêncio, segundo a "República" que estamos a citar, o brigadeiro Saraiva de Carvalho:

"Estou convencido de que o M.F.A. não deve assumir, perante o eleitorado, a posição de partido político, angariando votos como tal. Por outro lado, julgo indispensável que o Movimento continue a responsabilizar-se pelo 25 de Abril e pelo que for nessa altura prometido ao povo português e que dentro desse espírito revolucionário, terá de exercer uma acção de vigilância que vai, acima de tudo e isso é importante sublinhar, proporcionar ao povo, cujos interesses transcendem os objectivos eleitoralistas que, neste momento, estão a ser perseguidos pelas forças políticas."

O problema mais importante

Apesar das polémicas entre os partidos, sobretudo entre o P.S. e o P.C., que esta semana se reacenderam ao ponto do P.C. haver marcado uma sua manifestação para o mesmo dia da anunciada antes pelo Partido Socialista, ambos para apoiar o M. F. A., apesar das situações mais ou menos claras da possibilidade de abandono da coligação governamental por parte do P.P.D. e do P.S., hipóteses já afastadas, cremos não haver dúvidas que o problema político mais importante da semana, atendendo ao desenrolar da vida nacional, passa pelas Forças Armadas e mais concretamente pelo M. F. A. e respectiva institucionalização. Já se afirma explicitamente que o partido que maior número de votos conquistar não reflectirá, necessariamente, a real vontade e os verdadeiros interesses do povo português, afirmação esta que deve ser enquadrada no contexto de sondagens já feitas e que apresentam determinados partidos à cabeça dos subgrupos. As sondagens que nós conhecemos, embora realizadas sem rigor científico, apontam como maioritário o P.P.D., logo seguido do P.S.. Houve uma outra de que muito se fala, mas ninguém ainda apresentou a exame, que concede larga vantagem ao C.D.S., agora boicotado no Porto e que se viu obrigado a interromper o Congresso. Na medida em que as forças de segurança se revelaram frouxas ou inelicasas perante as facilmente previsíveis manifestações populares, tal nos parece sintoma

da orientação dos centros do poder político em Portugal. A ninguém passa pela cabeça que não haja possibilidade física de garantir a realização de um congresso. Não nos percos, na linha do 25 de Abril que cada vez mais se afirma em público e em privado como revolucionária, que os militares hajam imposto uma linha progressista para se conformarem,

depois, com uma eventual vitória do C.D.S.. Se o C.D.S. passasse, mesmo que por via eleitoral, a orientar a política portuguesa, o 25 de Abril deveria ser relegado para o capítulo dos golpes de estado e não das revoluções. Na realidade estas duas tendências existiam entre os militares quando o 25 de Abril: a tendência de golpe de estado e a tendência revolucionária. Esta, no entanto, sobrepõe-se aquela. Quem não acreditar que repare na linguagem que fala não apenas a Coordenadora. Para chegar a tal conclusão basta prestar um mínimo de atenção às campanhas de esclarecimento e de dinamização cultural do M.F.A. que, em contacto com as populações mais desprotegidas, trazem novos elementos para potenciar o enquadramento estrutural de "uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras".... como diz o Programa do 25 de Abril.

Classes trabalhadoras são as que vivem essencialmente do seu trabalho e são das fontes de produção ao nível da propriedade capaz de assalariar braço alheio

Via portuguesa: uma experiência original no caminho para o socialismo

Intercalamos este subtítulo por o considerarmos necessário para o tratamento correcto do que vai seguir-se. Em boa parte dos documentos emanados das Forças Armadas fala-se do socialismo ou da via socializante, parecendo registar-se uma quase unanimidade quanto à meta intencional. Há quem lembre as diversas experiências falhadas, nomeadamente a Chilena, partindo-se do princípio que dada a correlação de forças nas sociedades capitalistas, não se pode chegar ao socialismo por via pacífica. A comparação com o Chile não pega, pois a situação portuguesa é, neste aspecto, radicalmente diferente.

No Chile as Forças Armadas não estavam integradas no processo, antes o contrariavam. O processo alhendista deparava com os golpes contínuos dos militares, enquanto em Portugal o núcleo do processo são precisamente as Forças Armadas que além do conteúdo ideológico possuem as armas dissuasoras de manobras contrárias. Pode, por conseguinte, dizer-se, que uma vez resolvido que o 25 de Abril constituía uma porta revolucionária, a revolução continua "in fieri", como dirão os latinos (a fazer-se continuamente) sustentada, amparada, empurrada e defendida pelas armas. A revolução é pacífica (ausência de

tiros), mas não pacifista. Porco, por conseguinte, desde que haja a necessária vigilância e se apliquem os restantes métodos adequados que o caminho é apto para conduzir ao socialismo, sem, no entanto, se dizer de que socialismo se trata. É nesta ambiência que o MFA deseja a colaboração dos partidos políticos, mas só daqueles cujo ideário não contrarie tal caminho. Cremos bem que o C.D.S. contraria tal caminho, enquanto actua nos esquemas clássicos de uma democracia burguesa que não é aquilo que está actualmente inscrito no ideário do MFA. O problema está em saber o que é, em termos de hoje, o MFA.



O Movimento das Forças Armadas e o seu enquadramento histórico

Para saber exactamente o que é o MFA seria necessário recorrer à História, uma vez que além das penas que o constituem, que o fizeram nascer e que o alimentam e dinamizam na sua existência, ele, enquanto instituição, não nos parece como uma realidade estática, mas com uma dinâmica que passa a fazer parte da sua própria existência. De tal maneira que o M.F.A. se identifica com a sua própria história, sendo hoje muito diferente daquilo que era quando nasceu. Um presente que contém um passado ultrapasado.

Fora do campo da filosofia para passar à prática: uma revolução armada encaixada na realidade portuguesa de onde saiu para a transformar segundo metas que se perficou e que se confundem com um socialismo não suficientemente concretizado. E porque não suficientemente concretizado permite muitas direcções e opções e permitiu ainda que falemos numa revolução entre sapas.

Estas considerações não resultam daquilo que cotidamos que deva ser o MFA, o que evidentemente exorbita da nossa competência, mas de uma análise da vida do próprio MFA, a partir da sua existência enquanto tal. E como o "dever" está fundamentalmente inscrito no ser, radiografando a sua entidade consegue ler-se, de certa maneira, o seu futuro, na medida em que se conseguem captar as suas inclinações profundas. Há que depois jogar com o ambiente nacional e internacional em que se inserem, ambientes que constituem teatros de forças, as económicas e imperialistas em primeiro lugar, que o potenciam ou o contrariam, podendo mesmo levá-lo a inverter os caminhos da história. Estará, porém, a personalidade do MFA suficientemente constituída? Tal deve apenas acontecer depois da sua institucionalização que tudo indica estar para breve.

No entanto a quem faz parte do povo português e deseja um Portugal livre, independente, seguindo uma via eminentemente nacionalista de acordo com a sua vocação histórica que os vários fascismos deturparam, põem-se interrogações sérias no momento

presente e relativamente ao processo político, cujo molde é constituído pelas Forças Armadas.

E que as Forças Armadas possam armas e as armas podem servir para construir, mas também podem servir para destruir. Construam quando ao serviço do povo, destruam quando ao serviço de interesses alheios ao povo colectivamente tonado.

A fraseologia a que estamos habituados, proveniente do MFA resulta ou da Comissão Coordenadora, ou de elementos preponderantes do MFA. Ela sabe (saber não quer dizer identificar-se) a movimentos de libertação de colonialismos. O MFA não é, porém, um movimento de libertação em sentido estrito. Com sentido estrito quero dizer, tipo "vanguarda do povo", género Frelimo ou P.A.I.G.C. ou mesmo MPLA em cujos contactos muitos dos nossos se formaram politicamente. As Forças Armadas, por conseguinte, não possuem uma visão política unitária das realidades portuguesas e dos esquemas políticos em que se devam desenvolver.

Sendo o MFA um fermento, as últimas reuniões vieram demonstrar que ainda não foi levedada a massa. Por massa entendo o conjunto das Forças Armadas que em sentido lato constituem o povo em armas. Isto liga-se intimamente aos conteúdos das Forças Armadas numa sociedade burguesa que é a nossa, puxadas por uma levedura para, campo "revolucionário".

No momento presente o que é o MFA? Elemento responsável do mesmo declarou-nos: "Amalgamado no seio das influências dos partidos mais progressistas, o MFA surge, com o Conselho dos Vinte como seu intérprete, impulsionado pela Coordenadora que está no seu seio e pelas correntes mais aguerridas na Assembleia do MFA, traduzindo e interpretando na cúpula o trajecto das correntes

mais avançadas do Programa. Um processo nesta natureza cria problemas ao nível das bases que não acompanham com igual celeridade o processo." Alargando a afirmação ao conjunto das Forças Armadas, é lícito pensar que nas preocupações primeiras da semana passada tenha estado um esforço, a todos os níveis, no sentido de fazer coincidir o MFA político com o MFA operacional.

"Fora desta coincidência, pode preparar-se o caminho para uma desagregação conducente a novos factos. Há quem trabalhe nas desunidades e nos divisionismos, fruto das contradições da nossa sociedade. Chamar para eles a atenção julgamos contribuir para a percorrer de um caminho evado de crises constantes. Como diz o BOLETIM do MFA: "Não temos dúvidas em considerar que houve momentos em que esta identificação (MFA — MASSAS POPULARES) esteve em perigo de se quebrar, quer por factores de ordem interna do MFA, quer por manipulação reaccionária, de factores externos." Terá a semana passada contribuído para mais uma consolidação resultante de um fluxo e refluxo bases-cúpula?

Quando os cento e poucos oficiais se decidiram a sair dos quartéis quebrando a disciplina hierárquica estabelecida estava em vista um regime que viesse defender os interesses das classes mais desfavorecidas. Após o 25 de Abril, a Comissão Coordenadora formou o seu gabinete, distribuindo funções pelos três ramos das Forças Armadas. A Força Aérea coube a missão de acompanhar os problemas relativos a Trabalho, Educação e Cultura, Assuntos Sociais e Comunicação Social. O Exército seria o responsável pela Administração Interna, Justiça, Equipamento Social e Ambiente e Defesa Nacional, devendo ainda acompanhar aos assuntos respeitantes à Presidência do Conselho de Ministros e do Conselho dos Vinte. Quanto à Marinha, ficou-lhe distribuída a Coordenação Interterritorial, os Negócios Estrangeiros, Economia e Finanças.

Pouco depois da sua entrada em funcionamento, a Comissão Coordenadora começou a ser alvo de ataques, por forças mais ou menos imprecisas e sobretudo anónimas. O próprio general Spínola aconselhava a dissolução do MFA, com a consequente

extinção da CCPMFA (Comissão Coordenadora do Programa do MFA). As crises foram, entretanto, superadas por tomadas de posição mais ou menos utilitárias por parte das Forças Armadas em geral. Entretanto, os jovens militares, profundamente comprometidos no "Movimento de Oficiais", foram-se dispersando, até por continuarem sujeitos a uma escala de mobilização para as colónias. Paralelamente a estes acontecimentos a presença de Jaime Silvério Marques e de Spínola não permitiram o almejado alargamento do âmbito do MFA sem uma dinamização consequente a nível das Forças Armadas em geral.

Estes factores, só por si, contribuíram para o agravamento de algumas crises. Por outro lado, a ausência de dinamização a nível de unidades contribuiu de forma não indifferente para a electivação de um trabalho cúpula com o consequente afastamento das bases. Depois do 28 de Setembro, a dinamização a nível de Forças Armadas e a institucionalização do Conselho dos Vinte e dos Duzentos teve por objectivo a aproximação entre umas e outras.

Assembleia de delegados — alargamento do MFA às Forças Armadas

Um dos passos mais importantes a considerar é a Assembleia dos duzentos, também conhecida como Assembleia de Delegados do MFA.

A realização desta Assembleia responsabilizando directamente as unidades nela representadas pelo processo em curso era a forma directa de interligar os três ramos das FA's e de realizar um efectivo

trabalho de democratização das estruturas militares. Por outro lado, esta Assembleia, mandatária das bases, tem o grave inconveniente de ser, por vezes, posta perante factos consumados. Esse acontecimento origina contestações várias cujas que se verificaram a nível de algumas unidades profundamente intervenientes no 25 de Abril, o que

aconteceu ainda nos últimos dias. O trabalho de cúpula que se foi acentuando provocou um afastamento das bases, o que não vai na linha do espírito de democratização que se pretende instalar dentro das Forças Armadas. O MFA não quer ser um movimento elitista, devendo tornar-se cada vez mais a expressão das Bases de onde estam.